PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1157/2026

A Prefeitura do Município de GUAPOREMA, torna público que realizará licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo por objeto a Contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação de duas salas de aula na escola Municipal Monteiro Lobato de Guaporema/PR, conforme projetos, planilha orçamentária e demais documentos em anexos ao processo, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014, 155/2016, e demais legislações aplicáveis.

DATAS:

CADASTRO DAS PROPOSTAS NO SITE: Até às 08:29 do dia 08/12/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/12/2026 às 08:30.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08/12/2026, às 09:00.

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS E DISPUTA: BLL bllcompras.com/.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação de duas salas de aula na escola Municipal Monteiro Lobato de Guaporema/PR.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – A Concorrência, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Concorrência, na Forma Eletrônica (licitações) da BLL bllcompras.com/, conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre a Prefeitura Municipal de GUAPOREMA e a BLL.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de contratação e equipe de apoio formada por servidores indicados através de Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos constante da página eletrônica da BLL bllcompras.com/.

1.3 – Integram o edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos, que especificam o serviço:

Anexo I – Modelo declaração unificada;

Anexo II – Modelo declaração de responsabilidade técnica;

Anexo III – Modelo de tratamento diferenciado (ME/EPP);

Anexo IV – Modelo de Atestado do Visita;

Anexo V – Minuta de Contrato;

Anexo VI – Modelo de Apresentação da Proposta - Carta Proposta,

ANEXO VII - Planilha Orçamentária, Memorial e Projetos;

ANEXO VIII – Termo de referência

1.4 - O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.guaporema.pr.gov.br (portal de transparência) no link licitações, na BLL (http://bllcompras.com/) ou no PNCP – portal nacional de Contratações Públicas.

1.5 - O valor máximo que o Município de GUAPOREMA se propõe a pagar pela execução da totalidade dos serviços, objeto desta Concorrência Pública, perfaz o importe de R$163.544,38 (cento e sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)

2 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

2.1 - Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme disposição elencada no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, por meio eletrônico, via sistema BLL (em local especifico), via e-mail: licitacao@guaporema.pr.gov.br ou ser protocolizado no horário de expediente da Prefeitura (das 07:30 às 17:00) – no Setor de Licitações e Contratos, situado à Rua Pará, 86 – centro, GUAPOREMA-Pr.

2.1.1 - As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo e-mail licitacao@guaporema.pr.gov.br.

2.1.2 - As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela DIVISÃO DE ENGENHARIA, pelo telefone nº (44) 3684-1206.

2.2 - Nos termos do Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

2.2.1 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

2.3 - Caberá ao Agente de Contratação e ou equipe de apoio, auxiliado pelos responsáveis requisitantes pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

2.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.5 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.5.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação e ou equipe de apoio, nos autos do processo de licitação.

2.6 - Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

2.7 - Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da BLL bllcompras.com/ e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

3 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

3.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

4.2 - Consórcio: não será permitida a participação de consórcio.

4.3 - Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

4.3.1 - Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos

4.3.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.3 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.4 - Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente; 4.4 - Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços

contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.4 - Da consulta de sanções impeditivas:

4.4.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação e/ou Comissão de Licitação verificará(ão) o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) CADASTRO DE RESTRIÇÕES AO DIREITO DE CONTRATAR TCE-PR: https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/cadastro-de-restricoes-ao-direito-de-contratar-exercer-cargo-em-comissao/229098/area/251

b) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:

c) CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – Empresas e pessoas físicas impedidas de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração, em todas as esferas e nos três Poderes: http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis

d) CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade): https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

e) CNEP (Cadastro Nacional de empresas punidas): http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep

f) TJDFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios): https://www.tjdft.jus.br/servicos/certidoes/certidao-nada-consta

4.4.2 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação e/ou Comissão de Licitação reputará o licitante como inabilitado, por falta de condição de participação, respeitando o preceituado na Súmula 51 do TCE/SP.

4.5 - É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

4.6 - A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4.7 - O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar da licitação diretamente ou através de empresas associadas ao BLL (http://bllcompras.com/), por ele indicada, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento através do site bllcompras.com/ no link CADASTRAMENTO.

4.8 - Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de GUAPOREMA a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.9 - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.10 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à BLL , atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: bllcompras.com/.

4.11 - A participação do licitante nesta Concorrência Eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

4.12 - O acesso do operador ao certame, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

4.13 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer licitação eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL ;

4.14 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.15 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a

responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

4.16 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada através da BLL , pelo site: https://bllcompras.com/.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 - A participação no certame Eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, no valor total do item/grupo ou percentual de menor preço.

5.2 - Após a divulgação do edital, os Licitantes deverão encaminhar PROPOSTA inicial com o valor na Moeda Real ou MENOR PREÇO, mediante maior percentual de desconto, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico da BLL bllcompras.com/ - quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.3 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.4 - Incumbirá, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 - Os itens das propostas que eventualmente contemplem objeto que não corresponda às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

5.6 - Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário de cada item, objeto licitado, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 12, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) Marca e especificações detalhadas dos objetos ofertados, no que couber.

c) Inclusão de todas as despesas que influem nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos;

d) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 120 (cento) dias, a contar da data da sessão desta concorrência eletrônica;

5.7 - Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação e ou equipe de apoio, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.8 - A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.

5.9 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

5.10 - O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.11 - A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

6.12 - A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

6.13 - Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.14 - As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - O Agente de Contratação e ou equipe de apoio, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para o item licitado.

6.2 - Aberta a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignados no registro de cada lance.

6.3 - Durante o transcurso da sessão, os Licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

6.4 - Será permitido aos Licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances cujos descontos percentuais forem iguais ou superiores ao menor ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, e registrado no sistema eletrônico pela própria Licitante.

6.5 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da seção, sujeitando-se a Licitante desistente às sanções previstas neste Edital.

6.6 - Durante a fase de lances, o Agente de Contratação e ou equipe de apoio poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.6.1 - O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR GLOBAL.

6.7 - Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de R$ 100,00 (cem reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, podendo ser alterado pelo agente de contratação ou equipe de apoio.

6.8 - Será adotado para o envio de lances na presente Concorrência Eletrônica o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

6.8.1 - Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.8.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.9 - No caso de desconexão com o Agente de Contratação e ou equipe de apoio, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes, para a recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação e ou equipe de apoio, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica diretamente no Portal Eletrônico da BLL , através do endereço bllcompras.com, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.11 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.12 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7;13 – O valor de sua proposta será o valor inicial ofertado.

7.14 – No caso em que a sessão pública se encerrar sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de

Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.15 - Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06;

7.15.1 - Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances;

7.15.2. Na ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 10% (dez por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade da licitante a sua

conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;

b) Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.15.1, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.15.1, será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo próprio sistema, definindo e convocando automaticamente a vencedora para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta.

7.16 - Na hipótese da não contratação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após a negociação do preço ofertado para que seja obtido preço melhor.

7.17 - Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

7.17.1 - Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19 - É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

7 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou equipe de apoio examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2 - Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver o menor preço global) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

7.2.1 - Contenha vícios insanáveis;

7.2.2 - Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

7.2.3 - Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

7.2.4 - Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

7.2.5 - Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

7.3 – O Agente de Contratação ou equipe de apoio poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

7.3.1 - No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59 §4º da Lei 14.133/2021.

7.3.2 - Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

7.4 - A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

7.5 - Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

7.6 - A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.7 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.8 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.9 - O Agente de Contratação ou equipe de apoio poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou equipe de apoio por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

7.10 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou equipe de apoio examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.11 - Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou equipe de apoio suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12 - Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou equipe de apoio, por meio eletrônico pela aba “documentos complementares”, a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Portal Transparência do Município no endereço: www.guaporema.pr.gov.br.

8 - DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 - Para se habilitarem nesta licitação os interessados deverão anexar exclusivamente por meio do sistema BLL, concomitantemente à proposta de preço, a documentação relacionada abaixo até o prazo limite estipulado neste edital ou após solicitado pelo Agente de Contratação. A documentação deverá estar perfeitamente legível.

8.1.1 - Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Agente de Contratação ou equipe de apoio examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação ou equipe de apoio verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc);

8.2.1 - A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.2 - Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação ou equipe de apoio reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.3. - Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos subitens 9.6 a 9.13.

9.3.1. - O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri-los, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no item 19 do edital.

9.4. - Constituem motivos para inabilitação do licitante:

9.4.1 - a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

9.4.2 - a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão; 9.4.3 - o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5.3 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.6.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

9.6.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

9.6.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

9.6.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

9.7- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.7.1 - Prova de Registro ou Inscrição da licitante e de seu Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou ainda no órgão competente ao da categoria, da região da sede da empresa, bem como documento que comprove o vínculo deste com a empresa;

9.7.2 - A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da empresa deve ser feito da seguinte forma:

9.7.3 - Apresentação do contrato social, quando o responsável técnico pertencer ao quadro societário da empresa;

9.7.4 - Apresentação de cópia da CTPS (Carteira de Trabalho Previdência Social) do responsável técnico com a devida anotação de emprego na licitante, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido que comprove o emprego na licitante;

9.7.5 - Apresentação do Contrato de natureza privada que comprove o vínculo entre o responsável técnico e a licitantes.

9.7.6 - Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante.

9.7.7 - Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar capacidade técnico-profissional e capacidade técnico-operacional, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – Capacidade Técnico-Profissional

Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente ou por vínculo contratual, profissional(is) de nível superior devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CAU), detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo respectivo conselho, que comprove a execução de obra(s) com características semelhantes ao objeto desta contratação.

II – Capacidade Técnico-Operacional

Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, que comprove(m) a execução anterior de obra(s) ou serviço(s) de engenharia com características compatíveis em complexidade tecnológica e operacional ao objeto da presente contratação.

III – Parcela de Maior Relevância

Para fins de comprovação das capacidades técnica-profissional e técnico-operacional, será exigida a demonstração da execução de, no mínimo:

Obra de construção em alvenaria, com área mínima correspondente a 50% (cinquenta por cento) da área total da obra licitada

9.7.8 - A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

Nome do contratado e do contratante;

Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);

Localização do serviço;

Serviços executados (discriminação e quantidades).

9.7.9 - O (s) atestado (s) ou certidão (ões) que não atender (em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação/Equipe de Apoio.

9.7.10 - JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO: A Lei 14.133/2021, disciplina exigências cabíveis para a comprovação, pelos licitantes, da sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação. Em relação a obras e serviços, a lei determina que a comprovação da aptidão deverá ser feita da seguinte forma:

> "Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:
>
> I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
>
> II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

Dispõe ainda:

> § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
>
> § 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. Ou seja, os licitantes deverão apresentar atestados que demonstrem sua experiência anterior na realização de obra ou serviço semelhante àqueles que é objeto do edital, conforme exigido pela Administração.

No entanto, essas exigências por parte da Administração são limitadas *às*

> "parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas que tenha valor individual igual o superior a 4º do valor estimado para contratação", limitado estes a quantidade mínima de até 50º das parcelas a que se refere o § 1º."

Além disso, o quantitativo exigido pelo Edital não ultrapassa 50% da quantidade total que será executada no contrato. Reputa-se que essa determinação está de acordo com o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, que determina que os processos licitatórios deverão permitir somente *"as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações"*.

A administração está exigindo das licitantes como comprovação de capacidade técnico/profissional e técnico-operacional, a apresentação de atestado ou certidão fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de obra(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado, dentro do limite de 50% das parcelas de maior relevância e valor significativo. Dessa forma, os quantitativos exigidos não estão em parâmetro elevado, não se revelam uma exigência excessiva e muito menos frustra o caráter competitivo deste certame ou reduz o universo dos licitantes, dirigindo a licitação a um único participante ou a um universo extremamente reduzido deles, mas visa tão somente garantir uma boa execução do contrato, com a comprovação de que as licitantes e seu(s) ressonável(is) técnico(s) demonstrem sua experiência anterior na realização de obra(s) semelhante(s)/similar(es) àquela(s) que é objeto do Edital em questão.

Destarte, que os Atestados de Capacidade técnica bem como os quantitativos exigidos coaduna-se com a determinação legal, restando justificada e motivada a sua exigência.

9.7.11 - Declaração que tomou conhecimento de todas as informações e das condições e locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do § 3º do art. 63 da Lei 14.133/2021.

9.7.12 - DA VISTORIA PRÉVIA

9.7.12.1 - A visita técnica é facultativa, caso os interessados optam por pela visita, esta deverá ser agendada antecipadamente junto à Divisão de Engenharia pelo telefone (44) 3684-1206, tendo como termo a contar do primeiro dia útil ao da publicação, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para realização da sessão pública, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

9.7.12.2 - A visita técnica por finalidade que o proponente possa constatar as condições de execução e particularidades inerentes à natureza dos trabalhos e sobre o local e para que perceba a realidade do cenário do empreendimento, suas peculiaridades, grau de dificuldade, quantitativos, etc., tendo condições de formar um conceito sobre os serviços como um todo e apresentando um preço justo em sua proposta não havendo dessa forma alegações futuras de desconhecimento das condições de execução dos serviços objeto deste Edital.

9.7.12.3 - Não será aceita visita sem o respectivo agendamento.

9.7.12.4 - A Visita Técnica deverá ser feita por representante da empresa, devidamente credenciado para tal.

9.7.12.5 - A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da vistoria prévia, sendo, neste caso, necessário apresentar, em substituição ao Atestado de Vistoria prévia, declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante, nos termos do parágrafo 3º do art. 63 da Lei 14.133/2021, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração e ficando impedida, no futuro, de pleitear, por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica ou financeira.

9.7.12.6 - A declaração prevista no item 4.5 acima poderá obedecer ao modelo que constará no edital.

- DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.8.1 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.8.1.1 – No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

9.8.1.2 - Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

9.8.1.3 - As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.8.1.4 – O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

9.8.1.5 – As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

9.8.1.6 - Os documentos referidos item 9.8.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.8.1.7 - As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);

b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);

c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);

d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPEED contábil);

As empresas participantes deverão apresentar **resultado superior a 1,00 (um)** nos seguintes índices de liquidez e solvência: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG).

As fórmulas deverão vir devidamente aplicadas no corpo das demonstrações ou em memorial de cálculo assinado por profissional de contabilidade habilitado.

A licitante que apresentar resultado **igual ou inferior a 1,00 (um)** em qualquer um dos índices acima e que não comprovar o atendimento aos patamares mínimos exigidos será considerada desclassificada/inabilitada, *salvo se comprovar possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação*.

9.9 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial (deverá constar obrigatoriamente, as palavras falência e concordata), expedida no local da sede da licitante, no caso de não constar na certidão, o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias da data de abertura dos envelopes.

9.9.1 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

9.9.2 - Em se tratando de Licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a Licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

9.10 Como garantia de capacidade financeira proporcional ao vulto do objeto, a licitante deverá comprovar possuir **Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**.

- DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou, na hipótese de as certidões não trazerem o prazo de validade, que elas tenham sido expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias, composta de:

c1) Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;

c2) Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;

c3) Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal.

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRS - Certidão de Regularidade de Situação, dentro do seu período de validade;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

9.11.1 - Os documentos referidos no item 9.10 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

– DECLARAÇÕES

9.11.1- Declaração unificada, conforme modelo constante no anexo I.

Observação: Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

– DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

9.12.1 - Para participar na condição de ME/EPP e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação os documentos abaixo:

9.12.2 – Declaração solicitando tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no anexo III deste edital;

9.12.2.1 - Certidão simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 90 dias da data prevista para abertura das propostas, na qual deverá comprovada esta condição.

9.12.2.2 - A não apresentação dos documentos constantes nos itens 9.12.1.1 e 9.12.1.2 não acarretará na inabilitação, a empresa participará normalmente do certame, porém, mesmo sendo ME/EPP, participará da licitação sem os benefícios concedidos às ME/EPP.

9.13 - DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

9.13.1 - As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

9.13.2 - Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

9.13.3 - Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

9.13.4 - Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

9.13.5 - No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

9.13.6 - Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Equipe de apoio decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

9.13.7 - Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

9.13.8 - Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

9.14 – Dos critérios gerais para desempate entre propostas:

9.14.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I– disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II– avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

III– desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV– desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.14.2 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I– empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II– empresas brasileiras;

III– empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV– empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.15 - As regras previstas no item 9.14.2 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.16 - Após o encerramento da etapa de lances, o agente de contratação e ou a equipe de apoio poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

9.17 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.18 - É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

10 - DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

10.1 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

- - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Divisão de Licitações e Contratos e no Portal Transparência, da Prefeitura Municipal de GUAPOREMA.

10.3 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

10.4 - Ao final da sessão, divulgada a decisão do Agente de Contratação ou Equipe de apoio, em face do ato de julgamento das propostas ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, se dela discordar, caberá recurso, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021, devendo a licitante manifestar motivadamente em campo próprio do sistema da BLL sua intenção de recorrer, explicitando sucintamente suas razões.

10.5 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação ou Equipe de apoio, verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.6 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação à vencedora.

10.7 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Divisão de Licitações e Contratos e no Portal Transparência, da Prefeitura Municipal de GUAPOREMA.

10.9 - Caso o Agente de Contratação ou a Equipe de Apoio não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

10.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.12 - Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

10.13 - Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município de GUAPOREMA.-PR.

11 - DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

11.1 - Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o Agente de Contratação ou a Equipe de apoio fará a adjudicação do objeto do presente certame à Licitante vencedora.

11.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Equipe de Apoio, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

11.3 - Será facultado à Prefeitura Municipal de GUAPOREMA, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4 - Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de GUAPOREMA poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I- convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II- adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 - Homologada a licitação pela autoridade competente da Prefeitura, a empresa licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

13 – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 - São designados como gestores do Contrato e responsáveis administrativos pela fiscalização da execução da entrega dos serviços objeto deste Edital os servidores indicados pela Secretaria solicitante, aos quais compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando aos gestores às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

I- atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos equipamentos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

II- confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

III- verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

IV- comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

V- acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;

VI- informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

VII- emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

13.2 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

13.3 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

13.4 – À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

13.5 - Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:

a) representar os interesses da empresa perante a Administração;

b) realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;

c) manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;

d) comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

13.6 - A empresa contratada deve indicar um responsável pelo serviço, para comunicação entre a fiscalização do contrato e a empresa contratada. Fica a critério da fiscalização, solicitar, a qualquer tempo a substituição de qualquer funcionário da contratada, ao seu exclusivo critério, cabendo à contratada, neste caso, promover a substituição imediata ou no prazo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação, desde que não ocorra prejuízo da continuidade dos serviços, neste caso sendo prorrogado o prazo por igual período.

13.7 - O município de GUAPOREMA exercerá ampla fiscalização da Contratada através de equipe de funcionários com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços de manutenção normal e especial.

13.8 - A fiscalização deverá ter acesso diário ao sistema informatizado, implementado pela contratada, que contenha os registros de solicitações, manutenções e a relação dos materiais aplicados e ou substituídos em cada serviço executado de iluminação pública.

13.9 – Será permitido, a qualquer horário, o acesso da fiscalização às dependências da Contratada. A Contratada deverá submeter à aprovação da Fiscalização, mensalmente, relatório dos materiais e serviços efetivamente aplicados no sistema de iluminação pública.

14 - DAS OBRIGAÇÕES

14.1 - Obrigações da CONTRATADA

14.1.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, no contrato, e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.1.1 - A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias o material/serviços com avarias, defeitos ou vícios;

14.1.1.2 - A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.1.3 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.1.4 - Manter instalações adequadas à execução do contrato, conforme especificado neste anexo.

14.1.1.5 - Dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido nas Instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município.

14.1.1.6 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

14.1.1.7 - Realizar todos os serviços descritos neste documento, e, diligenciar os casos omissos a fiscalização.

14.1.1.8 - Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

14.1.1.9 - Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

14.1.1.10 – Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.

14.1.1.11 - Manter seus empregados identificados e uniformizados.

14.1.1.12 - A CONTRATADA deverá registrar Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços junto ao CREA, devendo a ser encaminhada via juntada à primeira Nota Fiscal/Fatura de Serviço.

14.2 - Obrigações da CONTRATANTE

14.2.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.2.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.2.3 - Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.2.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

14.2.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

14.2.6 - A administração do Município de GUAPOREMA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas.

15.1 A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização do contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

15.2 O faturamento de cada parcela mensal deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) Nota Fiscal com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e termo de contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

b) Fatura com discriminação resumida dos serviços executados, especificando em separados cada obra, período de execução da etapa, número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros dados que julgar convenientes, na apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

c) Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra.

d) A liberação da parcela referente a primeira medição fica condicionada à apresentação:

(i) Cópia da ART de Execução.

(ii) Da quitação junto ao INSS, através de matrícula e/ou CND.

(iii) Da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

e) A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

(i) Da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído.

(ii) Do Termo de Recebimento Provisório.

(iii) De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução da obra, são de inteira responsabilidade da contratada.

15.3 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

15.3.1 Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INCC, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do
§7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Quando o Contratante atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 37, inciso XXI, alínea “d”, da Lei n.º 14.133/21.

16 - DA CAUÇÃO CONTRATUAL

16.1 - A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor global, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas por ventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

16.2 - Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-Garantia – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMOB, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

16.3 – Caso a Licitante opte pela prestação da garantia na modalidade prevista na alínea "b" do item 16.2, deverá fazê-lo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. O comprovante de que a contratada prestou garantia nas demais modalidades deverão ser entregue ao Gestor e Fiscal do Contrato, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato. A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

16.4 - A Prefeitura restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

16.5 - Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura, nos termos da legislação vigente.

16.6 - Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

16.7 - Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

16.8 – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

17 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1 - O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do §1º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, e terá duração de 270 (duzentos e setenta) dias, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação justificada pela Secretaria Municipal de Obras e anuída expressamente pelo Contratado, registrada nos autos.

17.3 - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021.

17.4 - Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de GUAPOREMA-PR.

17.5 - A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

18 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

18.1 - Os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, pelo período mínimo de 01 ano a contar da data base da proposta;

18.2 - Os preços referentes a mão de obra deverão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I. à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II. ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos demão de obra.

18.3 - Os preços referentes a materiais deverão ser reajustados conforme índice INCC ou outro índice previsto em contrato.

18.4 - A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.5 - O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;

c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;

d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;

e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

18.6 - O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

18.6.1 – Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

19 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

19.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

19.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156,

§4º, da Lei);

19.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

19.2.4 - Multa:

19.2.4.1 - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

19.2.4.2 - O atraso superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021).

19.2.4.3 moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

19.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

19.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

19.5 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

19.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

19.7 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.9 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

19.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

19.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 – A dotação orçamentária para suportar as despesas com a execução do contrato será a conta da dotação orçamentária prevista:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	760	08.003.12.361.0006.2050	107	4.4.90.51.01.05	Do Exercício
2026	760	08.003.12.361.0006.2050	107	4.4.90.51.01.05	Exercício Anterior

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - É facultado, ao Agente de Contratação ou a Equipe de apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2 - A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo da Lei Federal nº 14.133/21.

21.3 - Outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Divisão de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de GUAPOREMA, no horário de expediente da Prefeitura pelo e-mail: licitacao@guaporema.pr.gov.br;

21.4 - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;

21.5 - Fica assegurado à autoridade superior da Prefeitura, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.

21.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

21.7 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.8 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração deste Município.

21.9 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação ou Equipe de apoio em sentido contrário.

21.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.11 - O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

21.12 - Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.13 - Decorridos 120 (cento e vinte dias) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.

21.14 - A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

21.15 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.

22 - DO FORO

22.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Cidade Gaúcha, para dirimir quaisquer dúvidas se/ ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

GUAPOREMA/PR , 23/11/2026.

GILBERTO CASTIGLIONI
Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Sr. Agente de Contratação ou Equipe de apoio do Município de GUAPOREMA, Estado de Paraná

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx/2026 – PMG

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ..... , através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é..... (sócio administrador/procurador/diretor/etc.), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.
5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.
6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
7) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
8) Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.

9) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III, do art. 5° da Constituição Federal.

10) Declaramos que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente.

E-mail:

Telefone: ( )

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12) Declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.

13) Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsąvel para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente à Concorrência Eletrônica n.º XXX/2026 - PMG e todos os atos necessąrios ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ...de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA

À Equipe de Apoio
Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx/2026 – PMG

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução n° 218 de 29/06/73 e n° 317, de 31/10/86, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsąvel técnico pela(s) obra(s) caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Lote	Nome	Especialidade	CREA/CAU	DATA REGISTRO	ASSINATURA

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(is) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

_____
(carimbo, nome, RG e assinatura do responsąvel legal)

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx/2026 – PMG

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

.....
Local e data.

.....
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO IV - ATESTADO DE VISITA

Ref: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx/2026 – PMG
Objeto: (inserir o nome da obra, local, rua, números, cidade e outros)

Declaramos que o Engenheiro (inserir nome completo), CREA n° (inserir número) da proponente (inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da execução da(s) obra(s) do lote n ° (inserir número do lote), objeto da Concorrência Eletrônicagar em epígrafe.

(inseri local), (inserir dia) de (inserir mês) de (inserir ano)

[Nome do Representante Legal]
CPF nº **[000.000.000-00]**
(Cargo/Função)

[Nome do Responsável Técnico]
[CREA/CAU] nº **[000000]**
(Engenheiro Civil / Arquiteto)

ANEXO IV- A
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO E DESISTÊNCIA DE VISTORIA TÉCNICA

Ref: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx/2026 – PMG
Objeto: (inserir o nome da obra, local, rua, números, cidade e outros)

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[00.000.000/0001-00]**, com sede na **[Endereço completo com CEP, Cidade/UF]**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) **[Nome Completo do Representante]**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **[Número do RG e Órgão Expedidor]** e inscrito(a) no CPF sob o nº **[000.000.000-00]**, e de seu Responsável Técnico o(a) Sr.(a) **[Nome do Engenheiro/Arquiteto]**, inscrito(a) no **[CREA/CAU]** sob o nº **[Número do Registro]**, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

1. **Optou por não realizar a vistoria técnica prévia** ao local de execução da obra/serviço de engenharia, faculdade esta prevista no Edital em epígrafe e assegurada pelo art. 63, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
2. **Leu, analisou e compreendeu integralmente** o Edital, o Projeto Básico e/ou Executivo, o Memorial Descritivo, as Especificações Técnicas, o Cronograma Físico-Financeiro, as Planilhas Orçamentárias e todos os demais anexos que integram o instrumento convocatório;
3. **Possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades** inerentes à natureza dos trabalhos, dos locais de execução, dos acessos, das interferências existentes e de todas as dificuldades técnicas e logísticas envolvidas;
4. **Assume total e irrestrita responsabilidade** pela ocorrência de eventuais prejuízos ou custos adicionais decorrentes da omissão na verificação *in loco*, acatando integralmente todos os gastos necessários à perfeita execução do objeto dentro do valor global ofertado em sua proposta;
5. **Renuncia expressamente ao direito de alegar desconhecimento** de quaisquer condições do local ou das especificações técnicas como justificativa para solicitar aditivos contratuais de prazo ou de valor, reequilíbrio econômico-financeiro, ou para eximir-se das obrigações assumidas, nada tendo a reclamar ou questionar futura ou posteriormente junto à Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

[Nome do Representante Legal]
CPF nº **[000.000.000-00]**
(Cargo/Função)

[Nome do Responsável Técnico]
[CREA/CAU] nº **[000000]**
(Engenheiro Civil / Arquiteto)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº _____/_____

Pelo presente instrumento de contrato de empreitada que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE GUAPOREMA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa localizada na Rua Pará, 86, Centro, CEP: 87.810-000, na cidade de GUAPOREMA, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 75.378.844/0001-70, neste ato representado pela Prefeito Municipal, a Sr. GILBERTO CASTIGLIONI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº ..... SSP/PR, inscrito no CPF sob nº....., residente e domiciliada nesta cidade de GUAPOREMA, Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX (nome da Contratada), inscrita no CNPJ nº ....., com sede à (Endereço), nº _____, (Bairro), CEP: ....., na cidade de ___, Estado do ____, neste ato representada por seu (sua) representante legal (cargo) o (a) Sr (a). XXXXXXXXX (nome do representante legal), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador (a) da cédula de identidade nº ___ (Órgão Emissor), inscrito (a) no CPF sob o nº ....., residente e domiciliado (a) na cidade de ___ ....., Estado do _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO:

I - O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º xx/2026; no Processo de Concorrência n° xxx/2026, homologado em ____ de _____ de _____, publicado no Diário Oficial do município, em de _____ de _____, edição nº. _____, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

I - Contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação de duas salas de aula na escola Municipal Monteiro Lobato de Guaporema/PR.

Parágrafo Primeiro: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

I– O Termo de Referência;

II– O Edital de Licitação;

III– A Proposta da Contratada;

IV– Eventuais anexos e documentos presentes no Processo de Concorrência nº xxx/2026 – PMG.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA deverá emitir ART dos serviços executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR (ES)

I – De acordo com os requisitos exigidos no Portaria nº 33/2026 da Prefeitura Municipal de GUAPOREMA-Pr. indica-se como GESTOR (A) DE CONTRATO: o (a) Sr (a). GILBERTO CASTIGLIONI; como FISCAL DE CONTRATO: o(a) Sr(a). NEI JOSÉ RIBEIRO.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

I – Ficam integrados a este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatórios, edital de licitação, projetos, especificações técnicas, memoriais, bem como a proposta, planilha de serviços, da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I– O preço global para a execução do objeto deste contrato é de R$ _____ (valor por escrito), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL";

II– No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros que sejam necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

III – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos

quantitativos efetivamente fornecidos e prestados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO

I – A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, inteiramente concluídos em condições de aceitação e de utilização em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período a critério da CONTRATANTE, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço, observado o disposto na cláusula décima sétima, parágrafo terceiro do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

I – O prazo de vigência da contratação será de até 270 (duzentos e setenta) dias, tendo início em ___ de _____ de 20 e com término em _____ de _____ de 20_____, sendo, contudo, prorrogável por igual período, por conveniência e oportunidade da Administração, na forma dos artigos 105 e 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com a Contratada.

a) Em caso de prorrogação, deverá ser analisado se a Contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Deverá ser juntado relatório por parte do Contratante que discorra sobre a execução do contrato, com informações deque os serviços tenham sido prestados regularmente.

c) A Administração também juntará justificativa e motivo por escrito, de que a mesma mantém interesse na realização do serviço.

d) Deverá haver manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação.

e) A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

f) A prorrogação do presente contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

g) Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

h) O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observada as abrangências de aplicação.

Parágrafo Segundo: A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme artigo 106, inciso III e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

I – Os serviços deverão ser iniciados na data da emissão da Ordem de Serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRAS PROVISÓRIAS

I – A CONTRATADA deve submeter à fiscalização, os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

Parágrafo Segundo: A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA deve obter a aprovação de terceiros para o seu projeto de obras provisórias, onde requeridas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

I – Somente será admitida alteração do prazo com anuência expressa do CONTRATANTE, quando:

(a) ocorrer alteração do projeto e/ou especificações pelo CONTRATANTE;

(b) houver serviços extraordinários que alterem as quantidades;

(c) houver serviços complementares, obedecidos os dispositivos regulamentares;

(d) ocorrer atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio à obra do lote, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;

(e) ocorrer ato ou atos do CONTRATANTE;

(f) ocorrer ato ou atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outras devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;

(g) ocorrer por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, "lock out", perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, pandemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução da obra e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não consigam impedir sua ocorrência. A expressão "força maior" deve também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentação ou atos governamentais, por ação ou omissão do CONTRATANTE, que venham causar atrasos à CONTRATADA. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.

Parágrafo Primeiro: Enquanto perdurarem os motivos da letra "g" ou quando ocorrer a suspensão do contrato por ordem do CONTRATANTE, cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes, em relação ao contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.

Parágrafo Segundo: Para que a CONTRATADA possa invocar os fatos indicados no caput como capazes de justificar quaisquer atrasos, os mesmos deverão ser comunicados ao CONTRATANTE por escrito e devidamente comprovados, no prazo máximo de 48 horas do início da referida ocorrência.

Parágrafo Terceiro: Os motivos invocados pela CONTRATADA serão julgados pelo CONTRATANTE após a constatação da veracidade da sua ocorrência.

Parágrafo Quarto: Após a aceitação dos motivos invocados pela CONTRATADA poderá haver acordo entre as partes para uma eventual prorrogação do prazo.

Parágrafo Quinto: Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos no projeto, especificações técnicas, memoriais e demais documentos integrantes da licitação, o CONTRATANTE reservar-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias, e/ou pagamento direto ao CONTRATANTE, inclusive será declarada inidônea, ficando impedida de firmar contrato pelo prazo de acordo com a cláusula vigésima nona do presente contrato, conforme gravidade da infração e dos danos decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO

I – A CONTRATADA, quando da emissão de notas fiscais/faturas/recibo, deverá fazer constar o Processo de Concorrência nº xxx/2026 e o Contrato nº _____/2026 – PMG.

Parágrafo Único: As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome do MUNICÍPIO DE GUAPOREMA, inscrito no CNPJ nº 75.378.844/0001-70, com as informações contidas na Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO

I – O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e contracorrente, a serem indicados pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação correta da fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, desde que atendidas às condições para liberação das parcelas. A primeira medição para fins de emissão de nota fiscal e pagamento só será efetuada após a conclusão dos serviços, porém a contratada deverá iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, com o recebimento da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal;

II – Na emissão das notas fiscais para fins de pagamento a Contratada deverá observar:

a) As regras de retenção do Imposto de Rendas dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2026, e alterações posteriores, mediante instruções da Secretaria Municipal de Fazenda, sob pena de não aceitação por parte da Contratante.

III– Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, por meio de Termo de Recebimento ou Recibo;

IV– Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

V– No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento, até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV do período para atualização monetária, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização do contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento.

Parágrafo Segundo: O faturamento de cada parcela mensal deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação.

Parágrafo Terceiro: Nota Fiscal com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação e termo de contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS (caso o objeto deste contrato se enquadre) e outros dados que julgar convenientes, não apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

Parágrafo Quarto: Fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros dados que julgar convenientes, não apresente rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo licitador.

Parágrafo Quinto: Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra (caso o objeto deste contrato se enquadre). - A liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação:

a) Da cópia da ART de execução.

b) Da quitação junto ao INSS, através de matrícula e/ou CND (caso o objeto deste contrato se enquadre).

c) Da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

- A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

a) Da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído (caso o objeto deste contrato se enquadre).

b) Do Termo de Recebimento Provisório.

c) De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução da obra, são de inteira responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato e proposta constante do processo licitatório.

Parágrafo Sétimo: A Contratada deve manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação de acordo com o Artigo 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Oitavo: O pagamento a que se refere esta cláusula, fica condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da Contratada, verificada por meio dos documentos elencados no art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Nono: Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

Parágrafo Décimo: Constatando-se quaisquer irregularidades por parte da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Parágrafo Décimo Primeiro: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Parágrafo Décimo Segundo: Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

Parágrafo Décimo Terceiro: Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

Parágrafo Décimo Quarto: As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Finanças do município de GUAPOREMA-PR, conforme solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

I – Os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, pelo período mínimo de 01 ano a contar da data base da proposta;

II– Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice previsto no parágrafo primeiro, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;

III– Os preços referentes a mão de obra deverão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

a) à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

b) ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

IV – Os preços referentes a materiais deverão ser reajustados conforme índice previsto em contrato.

V – A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

VI – O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;

c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;

d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;

e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

VII– O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

VIII– Caso faltem informações para os pedidos previstos no item anterior e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

Parágrafo Primeiro – Do critério de reajuste: O reajustamento dos preços será concedido quando transcorrer o prazo previsto na presente cláusula, da data da apresentação da proposta, mediante aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

SR = S (112 / 10)

R = SR – S

112 = ÍNDICE-DI/FGV do 12º mês após a proposta

10 = ÍNDICE INCC-DI/FGV do mês da proposta

S = Sado do contrato após a medição referente ao 12º mês da proposta

SR = Saldo reajusto

R = Valor do reajuste

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

Parágrafo Quinto: Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

Parágrafo Sétimo: Tanto o reajuste, quanto o reequilíbrio financeiro do contrato, será realizado por meio de termo aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

I – O objeto deste contrato será executado em regime de Empreitada Global.

Parágrafo Único: O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Termo de Referência, anexo ao Processo de Concorrência nº xxx/2026 – PMG.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

I – Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual, salvo autorização expressa emitida pela CONTRATANTE, nas formas legalmente previstas.

Parágrafo Primeiro: Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte, pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA para com o CONTRATANTE em decorrência deste contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e os subcontratados.

Parágrafo Segundo: A subcontratação depende de autorização prévia e expressa do Contratante, a quem incumbe avaliar e decidir se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Parágrafo Terceiro: A Contratada apresentará à Contratante documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo licitatório.

Parágrafo Quarto: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquele ou seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

I – O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas por ventura aplicadas e ainda não pagas pela empresa licitante vencedora.

Parágrafo Primeiro: Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

Parágrafo Segundo: A garantia de execução será efetuada no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual podendo optar pelas modalidades de garantia dispostos no Art. 96 § 1° da Lei Federal nº 14.133/2021, da respectiva fatura.

Parágrafo Terceiro: O comprovante de que a Contratada prestou garantia deverá ser entregue no Setor de Contratos da Contratante, em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura do contrato, com a devida conferência do (s) gestor (es) e fiscal (is). A ordem de serviço só será emitida após a constituição da garantia.

Parágrafo Quarto: Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Contratante, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

Parágrafo Sexto: Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, a CONTRATADA, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATANTE restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento

Parágrafo Oitavo: A contratada perderá a garantia de execução, quando:

- Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do termo de contrato de empreitada;
- Quando do não recebimento provisório e definitivo e/ou não aceitação pelo CONTRATANTE da obra.

Parágrafo Nono: A devolução da garantia de execução, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

- aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratual e o termo de recebimento definitivo;
- certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído (caso o objeto deste contrato se enquadre);
- comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica (caso o objeto deste contrato se enquadre). As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Décimo: Nos casos previstos na Cláusula Vigésima Nona, a garantia de execução, não será devolvida, sendo, então, apropriado pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

Parágrafo Décimo Primeiro: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Segundo: Fica incumbido ao gestor (es) e ao fiscal (is) do contrato, a obrigação de exigência e conferência da garantia de execução junto a CONTRATADA.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

I– A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato, será feita pelo CONTRATANTE através do profissional qualificado e devidamente credenciado.

II– O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas/serviços executados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;

III– A verificação da adequação do fornecimento/do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

IV– O fiscal do contrato anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;

V – A conformidade do material a ser entregue/do serviço a ser executado, deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

VI – A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VIII – Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto (quando houver), nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;

IX – A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente contrato; examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir; sob pena de multa e em caso de reincidência na eventual rescisão contratual.

Parágrafo Segundo: No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos do CONTRATANTE, contar com a total colaboração da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópias das: especificações técnicas e memoriais, os quais deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização e do pessoal do órgão financiador das obras.

Parágrafo Quinto: Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto: Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificação e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção ou substituição do material rejeitado.

Parágrafo Sétimo: Caso a CONTRATADA não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, o CONTRATANTE reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então CONTRATADA responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou garantias e/ou pagamento direto, inclusive será declarada inidônea, ficando suspensa de firmar contrato pelo prazo de 03 (três) anos até 06 (seis) anos, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Caberá, também, a aplicação do Art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes deverão observar as seguintes responsabilidades e obrigações:

– Obrigações da CONTRATADA:

1.1 – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas, decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

1.1.1 – Efetuar a entrega do objeto/execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, no presente contrato e demais documentos anexos;

1.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

1.1.3 – A Contratada deverá substituir, reconstruir, remover, reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o material/serviços nos quais se verificarem vícios, avarias, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.1.4 – A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.1.5 – A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.1.6 – Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal (is) e gestor (es) do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por ele (s) solicitado (s);

1.1.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.1.8 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.1.9 – Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.1.10 – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.1.11 – Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;

1.1.12 – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

1.1.13 – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

1.1.14 – Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

1.1.15 – Apresentar os empregados devidamente identificados, com uso de uniformes ou por meio de crachás;

1.1.16 – Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão nas dependências da Administração para execução do serviço;

1.1.17 – Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

1.1.18 – Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante;

1.1.19 – Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

1.1.20 – Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

1.1.21 – Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

1.1.22 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;

1.1.23 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;

1.1.24 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.1.25 – Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

a) Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;

b) O pedido a que se refere a alínea "a" deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

1.1.26 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

1.1.27 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.1.28 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;

1.1.29 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;

1.1.30 – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

1.1.31 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

1.1.32 – Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;

1.1.33 - Manter instalações adequadas à execução do contrato;

1.1.34 - Dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido nas Instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município.

1.1.35 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

1.1.36 - Realizar todos os serviços descritos neste documento, e, diligenciar os casos omissos a fiscalização.

1.1.37 - Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

1.1.38 - Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

1.1.39 - Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.

1.1.40 - Manter seus empregados identificados e uniformizados.

1.1.41 - A CONTRATADA deverá registrar Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços junto ao CREA, devendo a ser encaminhada via juntada à primeira Nota Fiscal/Fatura de Serviço.

1.1.42 – Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula décima primeira do presente contrato.

1.1.43 – Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

– Obrigações da CONTRATANTE:

2.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, no Termo de Referência e no presente contrato;

2.2 – Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

2.3 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;

2.4 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações estabelecidas no presente contrato, no Termo de Referência, bem como na proposta da Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

2.5 – Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em partes, às suas expensas;

2.6 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

2.7 – Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.8 – Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente contrato;

2.9 – Aplicar a Contratada as sanções previstas em Lei e no presente contrato;

2.10 – Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

2.11 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela Contratada, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

a) O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.

2.12 – Notificar os emitentes da (s) garantia (s) no contrato, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

2.13 – Arquivar, entre outros documentos, de projetos "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após recebimento dos serviços e notificações expedidas.

Parágrafo Único: O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

I – Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais, veículos, máquinas e equipamentos será, exclusivamente, da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e

equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como “similar” a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA SEGURANÇA DA OBRA

I – A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do art.618 do Código Civil Brasileiro de 2002, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo a CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

I – A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

I – Homologada a licitação pela autoridade competente da CONTRATANTE, a empresa licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

Parágrafo Único: O prazo previsto para assinatura do contrato ou para o aceite em instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – AUMENTO E SUPRESSÃO

I– A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

II– A empresa vencedora obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, que, a critério da Administração, se façam necessários, ou a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto no Art. 125 da Lei n° 14.133/21.

III– Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

IV– Se no contrato não houver sido contemplados preços unitários para a obra, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitando os limites estabelecidos no caput desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS, DA ACEITAÇÃO E DA POSSE

I – O objeto deste contrato será recebido provisoriamente, em no máximo até 15 (quinze) dias após a comunicação da conclusão do objeto deste contrato pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, por comissão especialmente designada pelo CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

Parágrafo Segundo: O CONTRATANTE toma posse do Canteiro de Obras e do objeto do contrato dentro de 03 (três) dias da data da formalização do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I – As despesas com o presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	760	08.003.12.361.0006.2050	107	4.4.90.51.01.05	Do Exercício
2026	760	08.003.12.361.0006.2050	107	4.4.90.51.01.05	Exercício Anterior

CLAUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

I – A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

II – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

III – O termo de rescisão será lavrado sob orientação da Controladoria do Município, no que couber.

a) Em nenhuma hipótese a CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

IV – O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro atualizado;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e os ainda devidos;

c) Multas e eventuais indenizações.

V– Rescindido o contrato, o CONTRATANTE assinalará prazo para que a CONTRATADA desmobilize o canteiro, deixando o bem imóvel inteiramente livre e desimpedido.

VI– O descumprimento das obrigações contratuais relativas à conformidade ao marco legal anticorrupção poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

I – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta e/ou prazo previsto no presente contrato;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e/ou contato, ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;

II – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do inciso acima descrito, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

d) Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021);

2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

3. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

IV– Antes da aplicação de multa será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);

V– Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

VI– Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

VII– A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

VIII – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para ao Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Primeiro: A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora CONTRATANTE, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Terceiro: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Quarto: O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

Parágrafo Quinto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, são passíveis de reabilitação, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

I– O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

II– Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

III – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

IV – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

V – A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

VI – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

Parágrafo Segundo: Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

I – O CONTRATANTE poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA

I – O presente contrato é oriundo do Processo Administrativo nº 1157/2026; Processo de Concorrência nº 005/2026 – PMG, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora CONTRATADA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

I – A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS

I – Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA

I – A abstenção por parte do MUNICÍPIO, ora CONTRATANTE, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLAUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA ANALISE

I – A minuta do presente instrumento de CONTRATO será devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

I– O presente instrumento de CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no Título III, Capítulo V II, DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS, da Lei nº 14.133/21.

II– Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e serão analisadas por meio de processo administrativo próprio;

a) Em caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local ou regional;

III – Os serviços não ajustados no presente contrato, que porventura venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, "a" desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/21;

a) A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

b) As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Primeiro: Serão incorporadas a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, nos prazos ou nos valores para todos os fins e efeitos de direito.

Parágrafo Segundo: Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo na forma do art. 136, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

I– O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/21, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo), sendo que eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art.

421 e 2.035, Parágrafo Único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

II– Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DA OBRIGATORIEDADE DAS COTAS DE APRENDIZES:

I – Nos casos de contratação e/ou prestação de serviços terceirizados que envolvam mão de obra cujas atividades demandem formação profissional competirá às partes contratuais:

a) Dentre os aprendizes a serem contratados (as) pela Contratada, a mesma deverá priorizar a contratação de adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III e §2º, do Decreto Presidencial nº 9.579 de 22 de novembro de 2018, com redação conferida pelo Decreto Presidencial nº 11.479 de 06 de abril de 2026;

b) É responsabilidade da empresa Contratada a comprovação da condição de vulnerabilidade e/ou risco social por meio da apresentação de declaração emitida pela Assistência Social do Município em que ocorrerá a execução do contrato de trabalho de aprendizagem;

c) A Contratante não promoverá contratação com empresas que se encontrem em descumprimento da cota de aprendizes, considerando que a inobservância da respectiva obrigação implica reconhecer a ausência de habilitação social e trabalhista;

d) Caberá à Contratante estabelecer mecanismos efetivos de controle, durante a execução do contrato, quanto à obrigação de cumprimento da cota de aprendizes pelas empresas contratadas, não sendo suficiente a apresentação de autodeclaração pela empresa, incluído ainda a fiscalização quanto ao cumprimento das demais obrigações trabalhistas e previdenciárias;

e) Caberá à Contratada a averiguação do cumprimento ou não da cota de aprendizes por intermédio do link disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz (e em sua falta outro método fixado pelo Governo Federal para consulta) emitindo a respectiva certidão de regularidade.

e.1) Durante a fase da execução contratual, a certidão de regularidade de cota de aprendizes deverá ser exibida pela Contratada em conjunto com a apresentação da nota fiscal dos serviços prestados, independente da determinação da sua apresentação por parte da Contratante, para fins de pagamento.

f) A Contratante incumbir-se-á de fiscalizar, durante toda a execução contratual, o cumprimento da cota de aprendizes pela empresa Contratada, consistente na obrigação de empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento) no mínimo, e 15% (quinze por cento) no máximo, dos (as) trabalhadores (as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Ficam cientes as partes contratuais:

a) Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

b) Qualquer objeto de valor histórico ou de outro interesse ou valor significativo que venha a ser descoberto em qualquer parte do canteiro de obra e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital é de propriedade do CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá notificar à fiscalização tal descoberta e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA– DA PUBLICAÇÃO

I – O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de GUAPOREMA/Pr e/ou em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas

(PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, da Lei Federal nº 14.133/2021, e artigo 1º, da Lei Municipal nº 28 de 03 de setembro de 2020.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO:

I – É eleito o Foro da Comarca de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

GUAPOREMA, . de _____ de 20___.

Gilberto Castiglioni
Prefeito Municipal
Município de GUAPOREMA

XXXXXXXXXXXXX
(Nome da Empresa)
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ o (a) Sr (a). _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ (Órgão Emissor), inscrito (a) no CPF sob o nº _____, (Cargo), lotado (a) na Secretaria Municipal de _____.

_____ o (a) Sr (a). _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ (Órgão Emissor), inscrito (a) no CPF sob o nº _____, (Cargo), lotado (a) na Secretaria Municipal de _____.

ANEXO VI

(razão social, endereço, telefone, e-mail, CNPJ)

PROPOSTA DE PREÇOS

Local e data.

À Equipe de Apoio
Ref. Edital de Concorrência nº xxx/2026 – PMG

Prezados Senhores

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^{as}. nossa proposta de preços relativa à execução da obra objeto da licitação em epígrafe.

O preço global, fixo e sem reajuste, proposto para execução do objeto do lote único é de R$ _____ (_____), conforme planilha de serviços, cronograma físico financeiro, Quadro de composição do BDI, conforme acórdão do 2622/2013 – TCU.

O prazo de execução dos serviços é de _____ (_____) dias a contar da expedição da ordem de serviço objeto do contrato de empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de _____ (_____) dias a partir da data do recebimento das propostas pela Equipe de Apoio.

Atenciosamente,

_____
(carimbo, nome, RG e assinatura do responsável legal)

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL, PROJETOS

ARQUIVO DIGITAL

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

1- Contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação de duas salas de aula na escola Municipal Monteiro Lobato de Guaporema/PR**.**

1.1. O presente documento técnico tem por objeto estabelecer as diretrizes para a contratação de empresa especializada em engenharia civil visando a execução da obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** em alvenaria na Escola Municipal Monteiro Lobato, situada na Rua XV de Novembro, Lotes 16 e 17, Quadra 51, Bairro Centro, no Município de Guaporema, Estado do Paraná. O empreendimento compreende uma área total a construir de 101,50m2, implantada em terreno público de 8.000,00m2, contemplando 02 (duas) salas de aula de 38,07m2 cada e hall livre de circulação de 18,78m2, com orçamento de referência estimado em **R$163.544,38 (cento e sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**, incluído o BDI de 20,85%.

1.2. A execução desta ampliação escolar no Município de Guaporema/PR representa um investimento essencial para o desenvolvimento da educação pública municipal, destinado a suprir a demanda de matrículas e proporcionar espaços físicos adequados para alunos e professores. A iniciativa fortalece a rede municipal de ensino e alinha-se às políticas públicas de expansão de infraestrutura e desenvolvimento social promovidas pela Administração Municipal, sendo viabilizada mediante recursos do Orçamento Geral da União.

1.3. Sob o prisma técnico-jurídico da Lei Federal n.º 14.133/2021, o objeto caracteriza-se como **obra comum de engenharia**, nos termos do artigo 6.º, inciso XII, por consistir em atividade estabelecida por força de lei como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmónico de ações que, agregadas, formam um novo espaço físico construído e ampliam a área útil do bem imóvel público (fundações em estacas escavadas, estrutura em betão armado, alvenaria de vedação, cobertura metálica, revestimentos cerâmicos,

esquadrias e instalações elétricas). Todas as especificações técnicas encontram-se detalhadas no Projeto Arquitetônico, no Projeto Estrutural e Elétrico, no Memorial Descritivo, no Cronograma Físico-Financeiro e na Planilha Orçamentária:

> *"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*
>
> *(...)*
>
> *XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um novo espaço ou modificam, com acréscimo de área ou com alteração substancial das características originais, um espaço existente;"*

1.4. Dessa forma, em observância ao disposto no artigo 6.º, inciso XXXVIII, e no artigo 28, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como à orientação consolidada do Tribunal de Contas da União quanto à distinção entre obra e serviço de engenharia, a seleção da proposta mais vantajosa processar-se-á na modalidade **Concorrência**, na sua forma eletrônica, sob o regime de execução de **Empreitada por Preço Global** e critério de julgamento de **Menor Preço**, assegurando ampla competitividade, celeridade do rito procedimental (que na Lei n.º 14.133/2021 segue o mesmo rito ágil do pregão, conforme o artigo 17) e plena segurança jurídica perante a mandatária federal e os órgãos de controlo externo

ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante: Município de Guaporema / Secretaria de Educação.

Responsável: Vanda Ferreira Machado.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

Em estrita observância ao disposto no artigo 15, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, embora a legislação adote como diretriz geral a permissão para que pessoas jurídicas se reúnam em consórcio para participar em procedimentos licitatórios, o próprio texto legal confere à Administração Pública a prerrogativa discricionária de vedar tal participação, desde que a restrição seja devidamente justificada no processo licitatório com base nas particularidades técnicas, operacionais e económicas do objeto pretendido. No presente certame, destinado à contratação de empresa especializada para a execução da obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Município de Guaporema, Estado do Paraná, a vedação à participação de empresas em regime de consórcio impõe-se por sólidas razões de ordem técnica, económica e de defesa da competitividade.

Sob o **prisma estritamente técnico**, a admissão de consórcios justifica-se quando o objeto licitado apresenta elevada complexidade tecnológica, multiplicidade de especialidades heterogéneas ou dimensões superlativas que impeçam que uma única empresa detenha, isoladamente, todo o acervo técnico-operacional necessário para a execução do empreendimento. Todavia, a intervenção projetada na Rua XV de Novembro, Lotes 16 e 17, Quadra 51, Bairro Centro, consiste numa obra comum de engenharia de baixa complexidade executiva e reduzida dimensão física, contemplando uma área total a construir de apenas 101,50m2, distribuída em 02 (duas) salas de aula de 38,07m2 cada e um hall livre de circulação de 18,78m2. Todas as etapas construtivas previstas nos projetos e no Memorial Descritivo — compreendendo serviços preliminares, fundações em estacas escavadas mecanicamente, estrutura reticulada de betão armado e vigas superiores de 12x20cm, alvenaria de vedação em blocos cerâmicos, cobertura em trama de aço com telhas trapezoidais zincadas, forro de PVC, revestimento em piso cerâmico esmaltado, pintura látex acrílica, instalação de esquadrias de alumínio e madeira, e instalações elétricas de baixa tensão em tecnologia LED conectadas à rede preexistente — constituem serviços convencionais de engenharia civil, amplamente padronizados na tabela oficial do SINAPI e plenamente dominados por qualquer construtora atuante no ramo de edificações.

Sob a **perspectiva económica e financeira**, verifica-se que o empreendimento não se caracteriza como obra de grande vulto. Conforme demonstrado na Planilha Orçamentária de referência (SINAPI – Localidade Curitiba, Data-Base 09/2026), o valor global estimado para a totalidade da execução perfaz o montante de **R$163.544,38 (cento e sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**, já considerada a taxa de BDI de 20,85%. Trata-se, portanto, de um orçamento de pequeno porte, cujo capital de giro necessário e índices de qualificação econômico-financeira são perfeitamente suportáveis de forma individual pelas empresas de pequeno e médio porte (incluindo Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) sediadas no Município de Guaporema e em toda a região noroeste do Paraná.

Nesse cenário de baixa complexidade técnica e reduzido valor financeiro, a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) reconhece que a permissão de consórcios pode produzir um efeito inverso ao desejado pela lei: em vez de ampliar a competição, o consórcio permite que empresas que teriam plena capacidade técnica e financeira para disputar a Concorrência Eletrônica de forma autónoma e concorrente entre si acabem por se associar e coligar. Essa união desnecessária reduz

artificialmente o universo de licitantes efetivos no certame, diminui a tensão competitiva durante a fase de lances e prejudica a obtenção da proposta mais vantajosa e económica para a Administração Municipal.

Ademais, sob o **aspeto da eficiência operacional e da gestão contratual**, cumpre ressaltar que o Cronograma Físico-Financeiro estabelece um prazo de execução enxuto, estruturado em apenas 02 (dois) períodos (com avanço físico de 43,58% no primeiro período e 56,42% no segundo). A execução de uma obra compacta de 101,50m2 dentro de um recinto escolar exige comando único, agilidade decisória no estaleiro de obras e responsabilidade técnica concentrada. A contratação de um consórcio de empresas para um escopo tão restrito adicionaria complexidade burocrática desproporcional à fiscalização municipal, além de criar riscos de conflitos operacionais entre consorciadas e eventuais atrasos no cumprimento das metas pactuadas junto ao Orçamento Geral da União.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Da Fundamentação Legal e Vinculação à Fase Preparatória: Em estrita observância ao disposto no artigo 6º, inciso XXIII, alínea "b", combinado com o artigo 18, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a fundamentação da presente contratação encontra-se integralmente consubstanciada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que precede este Termo de Referência, bem como no conjunto de peças técnicas de engenharia que instruem o processo administrativo — compostos pelo Projeto Arquitetônico, Projeto Estrutural e Elétrico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro. Tratando-se de intervenção física que promove acréscimo de área construída de 101,50m2 em bem imóvel público, o objeto enquadra-se tecnicamente no conceito legal de **obra comum de engenharia** (art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021), razão pela qual a seleção da proposta mais vantajosa processar-se-á mediante licitação na modalidade **Concorrência**, em sua forma eletrônica (art. 28, inciso II), sob o regime de execução indireta de **Empreitada por Preço Global** (art. 46, inciso II) e critério de julgamento de **Menor Preço** (art. 33, inciso I).

Da Caracterização da Necessidade Pública e Demanda Educacional: A contratação pretendida pela Prefeitura Municipal de Guaporema, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, decorre da necessidade concreta e inadiável de expandir e modernizar a infraestrutura física da Escola Municipal Monteiro Lobato, situada na Rua XV de Novembro, Lotes 16 e 17, Quadra 51, Bairro Centro (tendo a Rua Ceará como referência de implantação). Como direito social fundamental constitucionalmente assegurado, a educação pública de qualidade exige não apenas recursos pedagógicos e corpo docente qualificado, mas também instalações físicas devidamente dimensionadas, seguras, salubres e confortáveis.

O diagnóstico técnico e pedagógico realizado pela Administração Municipal evidenciou que a atual capacidade instalada de salas de aula da referida instituição de ensino atingiu seu limite operacional máximo. Tal restrição física dificulta a adequada distribuição de turmas, limita a abertura de novas vagas para atender à evolução demográfica escolar do município e restringe a oferta de atividades pedagógicas complementares e de contraturno. Embora a unidade escolar esteja implantada em um amplo terreno institucional com área total de 8.000,00m2 — o que assegura plena disponibilidade de área livre e viabilidade urbanística —, a ausência de novos espaços construídos configura um gargalo estrutural que precisa ser solucionado pelo Poder Público.

Da Adequação Técnica da Intervenção Projetada: Para suprir de maneira definitiva e eficiente essa demanda da comunidade escolar, foi desenvolvido o projeto técnico de engenharia denominado **"Ampliação de Duas Salas de Aula"**. A solução arquitetônica projeta uma área total a construir de 101,50m2, contemplando a edificação de 02 (duas) novas salas de aula padronizadas, cada uma com área útil de 38,07m2, interligadas entre si e ao prédio existente por um hall livre de circulação com área gráfica de 18,78m2.

O programa construtivo foi dimensionado para oferecer elevado padrão de durabilidade, baixo custo de manutenção e pleno conforto térmico, acústico e lumínico aos alunos e professores, abrangendo fundações em estacas escavadas mecanicamente e vigas baldrame em concreto, superestrutura em concreto armado, alvenaria de vedação em blocos cerâmicos, cobertura em trama de aço com telhas trapezoidais zincadas, forro em réguas de PVC, piso cerâmico esmaltado, esquadrias de alumínio de correr com 4 folhas e portas de madeira, além de instalações elétricas e iluminação em tecnologia LED conectadas à rede predial existente.

2.4. Da Justificativa para a Execução Indireta e Viabilidade Orçamentária: A necessidade de contratação de empresa especializada no ramo de engenharia civil impõe-se pelo fato de a Administração Municipal não dispor, em seu quadro próprio de servidores e em sua frota de equipamentos, de mão de obra operacional dedicada nem de maquinário específico — tais como perfuratrizes para fundações profundas, caminhão betoneira e bomba para lançamento de concreto estrutural — para executar diretamente a obra sem comprometer os serviços essenciais de manutenção urbana e predial do município. Ademais, a contratação encontra-se perfeitamente respaldada sob o aspecto orçamentário e financeiro, com investimento total estimado em **R$163.544,38 (cento e sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**, fundamentado na tabela oficial do SINAPI (Localidade Curitiba/PR, Data-Base 09/2026, com BDI de 20,85%), com execução planejada em 02 (dois) períodos mensais.

REQUISITOS NECESSÁRIOS

Em conformidade com o artigo 6º, inciso XXIII, alíneas "c" e "d", e com o artigo 18, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, os requisitos a seguir estabelecidos definem as condições indispensáveis para que a execução da obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Município de Guaporema/PR, ocorra com segurança jurídica, eficiência operacional, responsabilidade socioambiental e estrita fidelidade aos projetos e ao Memorial Descritivo.

Requisitos de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica:

Nos termos dos artigos 5º, 11 (inciso IV) e 45 da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações de obras públicas devem respeitar as normas de proteção ambiental e incentivar o desenvolvimento nacional sustentável. Para a presente contratação, a empresa

executante deverá observar obrigatoriamente as seguintes diretrizes:

- **Gestão e Destinação de Resíduos da Construção Civil (RCC):** A contratada deverá gerenciar adequadamente todos os resíduos gerados nas etapas de escavação, concretagem, alvenaria, revestimentos, cobertura e acabamentos, observando a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei Federal nº 12.305/2010. Ao término dos serviços, é obrigatória a limpeza geral da obra, entregando os ambientes livres de entulho, resíduos de argamassa, tinta, embalagens e materiais decorrentes da execução.

- **Eficiência Energética e Conforto Ambiental:** O projeto prioriza a iluminação natural e a ventilação cruzada por meio de janelas de alumínio de correr com 4 folhas para vidro. No sistema elétrico, é obrigatória a instalação de iluminação em tecnologia LED de baixo consumo energético, composta por 02 luminárias tipo plafon circular de sobrepor em LED e 08 lâmpadas tubulares LED, aliada à instalação de forro em réguas de PVC liso para melhoria do desempenho térmico das salas.

- **Regularidade de Insumos Florestais e Minerais:** Toda a madeira empregada de forma provisória no gabarito de tábuas corridas e nas formas de madeira serrada e compensada, bem como nos 02 kits definitivos de portas de madeira e os agregados minerais utilizados em concretos e argamassas, deverão possuir origem legal comprovada perante os órgãos ambientais.

- **Controle Ambiental no Canteiro Escolar:** Considerando a implantação da obra no terreno escolar de 8.000,00m2, a contratada deverá manter o local de trabalho organizado, isolado e seguro, bem como manter os materiais — incluindo emulsão asfáltica, cimento e tintas acrílicas — devidamente protegidos contra intempéries e contaminação do solo.

3.3. Indicação ou Vedação de Marcas e Modelos e Padrão de Qualidade dos Materiais:

Em observância aos artigos 41 e 42 da Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece-se o seguinte regramento quanto às marcas, modelos e especificações técnicas dos insumos:

- **Inexistência de Direcionamento de Marcas:** O presente Termo de Referência, o Memorial Descritivo e a Planilha Orçamentária não impõem marcas ou modelos exclusivos, visto que todas as especificações técnicas foram padronizadas a partir das composições oficiais da tabela SINAPI (Localidade Curitiba/PR, Data-Base 09/2026).

- **Critérios de Aceitação de Materiais e Marcas:** Serão aceitos insumos de quaisquer marcas ou fabricantes disponíveis no mercado, desde que sejam novos, de primeira qualidade (primeira linha), certificados pelo INMETRO e rigorosamente compatíveis com as normas da ABNT e com o Memorial Descritivo, destacando-se: concreto estrutural com fck = 30 MPa para fundações/vigas baldrame e fck = 25 MPa para pilares; aço estrutural CA-50 8,0mm e 6,3 mm e CA-60; blocos cerâmicos furados de 14 x 19 x 39cm; telhas trapezoidais em aço zincado com espessura de 0,50 mm; revestimento

cerâmico esmaltado de 60 x 60cm; pintura látex acrílica standard; e cabos de cobre flexível isolado antichama 450/750V de 2,5 mm2.

- **Marcas e Produtos Não Aceitos (Rejeição Técnica):** Não serão aceitos materiais usados ou reaproveitados (salvo o número de utilizações técnicas previsto em planilha para formas e gabarito), produtos de segunda ou terceira linha ("escolha comercial B/C"), insumos desprovidos de certificação obrigatória do INMETRO ou materiais em desacordo com os projetos. Conforme estabelece o item 32 do Memorial Descritivo, quaisquer modificações ou substituições de materiais que afetem o desempenho ou a configuração da obra são estritamente vedadas sem a prévia análise e formalização pelo responsável técnico.

Da Subcontratação Parcial do Objeto (Limite de 25% e Vedação nos Itens Principais): Com fundamento no artigo 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, será admitida a **subcontratação parcial** da obra até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato — o que corresponde a até R$ 40.886,09, tomando-se por base o orçamento estimado —, mediante prévia e expressa autorização da Administração Municipal e observadas as seguintes condicionantes técnicas e jurídicas:

- **Vedação Expressa de Subcontratação nos Itens Principais (Parcelas de Maior Relevância):** É **estritamente vedada** a subcontratação integral do objeto, bem como a subcontratação das etapas construtivas principais que configuram o núcleo estrutural, arquitetônico e as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do empreendimento (para as quais foram exigidos requisitos de qualificação técnica na habilitação). Assim, a contratada deverá executar direta e exclusivamente, com equipe própria:

1. **Estrutura e Fundações:** Execução das estacas escavadas, escavações, formas, armações e concretagem de blocos de coroamento e vigas baldrame;

2. **Superestrutura em Concreto Armado:** Execução de formas, armações e concretagem de pilares e vigas superiores

3. **Alvenaria de Vedação e Impermeabilização:** Elevação das paredes em blocos cerâmicos, vergas, contravergas e impermeabilização com emulsão asfáltica;

4. **Cobertura Metálica Principal:** Montagem da trama de aço composta por terças e instalação das telhas trapezoidais em aço zincado;

5. **Piso e Pavimentação:** Execução de contrapiso, piso cimentado e assentamento do revestimento cerâmico esmaltado;

6. **Revestimentos Argamassados e Pintura:** Execução de chapisco, massa única e pintura látex acrílica.

- **Escopo Permitido para Subcontratação (Serviços Acessórios e Complementares):** Respeitado o teto global de 25%, a subcontratação restringir-se-á unicamente a serviços acessórios, complementares ou de instalação específica de fornecedores especializados, tais como: fornecimento e instalação das esquadrias de alumínio de correr com 4 folhas e vidros e dos kits de portas de madeira; instalação do forro em réguas de PVC liso com estrutura bidirecional; execução de pontos das instalações elétricas; e locação de container de apoio.

- **Responsabilidade e Requisitos da Subcontratada:** A subcontratação depende de autorização prévia da fiscalização municipal, cabendo à contratada apresentar a documentação que comprove a capacidade técnica e a regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista da subcontratada (art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133/2021). É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Guaporema ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º). Em qualquer hipótese, a empresa contratada permanecerá como única e integral responsável técnica, civil e administrativa perante a Administração pela perfeita execução e garantia de toda a obra.

Requisitos de Garantias (Contratual, Técnica da Obra e dos Insumos): exigem-se as seguintes garantias:

- **Garantia Legal Quinquenal da Obra:** Nos termos do artigo 140, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do artigo 618 do Código Civil, a contratada e o seu responsável técnico responderão objetivamente, pelo prazo mínimo irretratável de **05 (cinco) anos** após o recebimento definitivo, pela solidez e segurança da obra, obrigando-se a reparar, sem ônus para o Município, quaisquer vícios ou patologias construtivas em fundações, estrutura, cobertura, vedações, pisos, pintura, esquadrias e instalações.

- **Garantia de Execução Contratual:** Com base nos artigos 96 a 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida da vencedora a prestação de garantia contratual equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, podendo optar entre caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

- **Garantia dos Materiais e Equipamentos:** Todos os materiais e equipamentos aplicados — como luminárias e lâmpadas LED, tomadas, interruptores, esquadrias de alumínio, portas de madeira e forro de PVC — deverão dispor da garantia legal somada à garantia do fabricante, devendo estar em perfeito funcionamento na vistoria de entrega da obra.

Requisitos de Habilitação: Nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, para demonstrar aptidão para a conclusão da obra nos 02 (dois) períodos mensais previstos no cronograma, os licitantes deverão comprovar:

- **Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista (arts. 66 e 68):** Ato constitutivo registrado, inscrição ativa no CNPJ, regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, regularidade com o FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

- **Qualificação Econômico-Financeira (art. 69):** Certidão negativa de falência e balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando boa situação financeira e capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da obra.

- **Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional (art. 67):**

1. **Registro no Conselho Profissional:** Certidão de Registro e Quitação da empresa licitante e de seu responsável técnico no CREA ou CAU.

2. **Capacidade Técnico-Profissional:** Comprovação de possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior (Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista) detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada no CREA/CAU, atestando a execução de obra de edificações com características semelhantes às parcelas de maior relevância (fundações/estrutura em concreto armado, alvenaria, cobertura metálica e pisos cerâmicos).

3. **Capacidade Técnico-Operacional:** Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a empresa executou obras de engenharia similares ao objeto licitado, observado o limite de exigência de até 50% dos quantitativos das parcelas de maior relevância da planilha orçamentária.

4. **Vistoria Técnica ou Declaração Formal (art. 63, §§ 2º e 3º):** Atestado de vistoria ao local da obra (Rua XV de Novembro, Lotes 16 e 17, Quadra 51, Bairro Centro, Guaporema/PR) ou declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante atestando pleno conhecimento das condições locais e da integração com o prédio existente ("vem do existente").

DA VISTORIA PRÉVIA

1. Em conformidade com o disposto no artigo 63, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a realização de vistoria técnica prévia ao local de execução da obra — situado na Rua XV de Novembro, Lotes 16 e 17, Quadra 51, Bairro Centro, no Município de Guaporema, Estado do Paraná (tendo a Rua Ceará como referência de implantação) — **será facultativa** para os

licitantes interessados em participar do certame licitatório destinado à **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato.

2. A decisão da Administração Pública Municipal de conferir caráter facultativo à vistoria técnica tem por objetivo ampliar a competitividade do procedimento licitatório, desonerando os potenciais fornecedores e construtoras de custos logísticos e deslocamentos desnecessários prévios à formulação de propostas, sem prejuízo da perfeita compreensão do objeto a ser contratado, que se encontra integralmente detalhado no Projeto Arquitetônico, no Projeto Estrutural e Elétrico, no Memorial Descritivo e na Planilha Orçamentária baseada na tabela SINAPI (Curitiba/PR, Data-Base 09/2026).

3. Embora a vistoria seja facultativa, recomenda-se que o responsável técnico da empresa licitante avalie a conveniência de inspecionar *in loco* a área institucional de 8.000,00m2 da unidade escolar, de modo a verificar diretamente as condições de acesso ao canteiro de obras, a topografia do terreno, os pontos de interferência e a exata forma de conexão das futuras instalações elétricas com a rede preexistente da escola ("vem do existente"), bem como as demais particularidades logísticas inerentes à execução da obra em ambiente escolar ativo.

4. Para fins de comprovação de pleno conhecimento das condições locais, a empresa licitante poderá optar, de forma alternativa e com plena validade jurídica, entre duas vias:

- **Apresentação de Atestado de Vistoria Técnica:** Emitido pelo setor de engenharia da Prefeitura de Guaporema, o qual poderá ser agendado previamente pelos interessados junto ao órgão competente; **OU**
- **Apresentação de Declaração Formal:** Documento subscrito e assinado pelo representante legal e pelo engenheiro responsável técnico da licitante, atestando expressamente que a empresa tem pleno conhecimento das condições, peculiaridades, dificuldades locais, interferências, métodos construtivos e exigências técnicas necessários à integral execução do objeto, assumindo total responsabilidade por eventuais omissões quanto à avaliação prévia do local.

5. A apresentação da Declaração Formal ou do Atestado de Vistoria Técnica constitui requisito obrigatório de habilitação a ser verificado no momento oportuno do certame, suprindo plenamente a exigência de reconhecimento prévio do local da intervenção e vedando, em momentos posteriores da execução contratual, a alegação de desconhecimento de fatos, cotas, níveis, interferências estruturais ou condições físicas do terreno que pudessem ser antevistas por meio de uma prudente avaliação técnica, assegurando assim a segurança jurídica, a estabilidade contratual e o cumprimento rigoroso do cronograma físico-financeiro estipulado em 02 (dois) períodos mensais

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

1. Em conformidade com o disposto no artigo 6º, inciso XXIII, alínea "e", e no artigo 25 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os critérios de aceitabilidade de preços, de propostas e de execução técnica têm por finalidade assegurar que a contratação da obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato ocorra em condições de estrita vantajosidade para a Administração Pública, respeitando os limites orçamentários oficiais e os padrões técnicos de qualidade.

2. No que tange aos **Critérios de Aceitabilidade de Preços (Valor Global e Unitários)**:

- **Preço Global Máximo Estimado:** Será considerada inexequível ou desclassificada a proposta cuja proposta de preço global supere o valor máximo estimado de referência da contratação, fixado em **R$163.544,38**, o qual já contempla a taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de **20,85%**, apurado com base na tabela oficial do SINAPI (Curitiba/PR, Data-Base Setembro/2026, não desonerado).

- **Preços Unitários Máximos:** Serão rejeitadas as propostas que apresentarem preços unitários para os serviços principais que ultrapassem os limites máximos unitários estabelecidos na Planilha Orçamentária referenciada, ressalvadas as análises de exequibilidade quando devidamente justificadas pelo licitante e aceitas pela fiscalização municipal.

- **Análise de Exequibilidade:** Nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, constatada a ocorrência de propostas com preços manifestamente inexequíveis — assim consideradas aquelas cujo valor seja inferior a 75% do valor estimado da contratação —, a Administração diligenciará para exigir que a licitante comprove a exequibilidade dos preços por meio de demonstração contábil, produtividade de equipes, custos de insumos e demais elementos que justifiquem a viabilidade da execução.

3. No que tange aos **Critérios de Aceitabilidade Técnica e Qualitativa dos Serviços e Materiais**:

- **Conformidade com os Projetos e Normas:** A execução da obra — englobando serviços preliminares, fundações em estacas escavadas e vigas baldrame, superestrutura em concreto armado, alvenaria de vedação em blocos cerâmicos, cobertura em trama metálica e telhas trapezoidais zincadas, forro de PVC, contrapiso, piso cimentado e revestimento cerâmico esmaltado de 60x 60, revestimentos em argamassa e pintura látex acrílica, instalações elétricas em tecnologia LED integradas à rede preexistente ("vem do existente"), e esquadrias de alumínio e madeira — somente será aceita se atender rigorosamente às cotas, alinhamentos, níveis, prumos e especificações descritas no Projeto Arquitetônico, no Projeto Estrutural e Elétrico, no Memorial Descritivo e nas Normas Técnicas da

ABNT.

- **Resistência dos Materiais Estruturais:** Serão rejeitados e imediatamente substituídos, sem ônus para o Município, os elementos de concreto que não atingirem as resistências características projetadas para blocos de coroamento e vigas baldrame; e fck = 25 Mpa para pilares, bem como as armações em aço que divergirem das bitolas e espaçamentos detalhados em projeto.

- **Padrão de Acabamento e Limpeza Final:** Os acabamentos superficiais de pisos, paredes, tetos e esquadrias deverão apresentar uniformidade, ausência de trincas, manchas ou ondulações. A aceitação final da obra ficará condicionada à execução integral da limpeza de pisos cerâmicos e de vidros, bem como à completa desmobilização do canteiro e remoção de entulhos, entregando as 02 (duas) novas salas de aula em perfeito estado de habitabilidade e uso pedagógico imediato.

6 - ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA.

6.1 - A Divisão de Engenharia elaborou planilha orçamentária dos serviços, utilizando-se dos preços da tabela referencial de foram cotados de acordo com o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

6.2 - Para execução dos serviços, apurou-se o valor total estimado em R$163.544,38, distribuídos conforme planilha orçamentária.

No que tange à **Origem, Estrutura e Disponibilidade Orçamentária e Financeira**:

- O empreendimento insere-se no âmbito das transferências voluntárias da União, vinculando-se aos recursos do Orçamento Geral da União.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1 - A CONTRATADA deverá executar e entregar os serviços contratados no prazo máximo de 60 (SESSENTA) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço, que será emitida pela Divisão de Engenharia em até 21 (vinte e um) dias após a data da assinatura do Contrato, observando, contudo, o art. 111 da Lei 14/133/21.

7.2 - Caso haja necessidade de execução dos serviços aos sábados, domingos e feriados por necessidade da CONTRATADA, esta arcará com todo o custo adicional.

7.3 - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc.

7.4 - A CONTRATADA poderá subcontratar parcialmente os serviços, desde que haja autorização formal do CONTRATANTE nos termos previsto no edital.

7.5 - A responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços não será reduzida, ou alterada, em decorrência da fiscalização da Divisão de Engenharia do CONTRATANTE.

7.6 - O município reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.7 - A execução de todos os serviços contratados obedecerá às normas técnicas aplicáveis aos e à presente especificação técnica prevista no edital e seus anexos.

7.8 - Os representantes do CONTRATANTE e toda pessoa autorizada pelo mesmo terão livre acesso aos serviços e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos ao objeto contratado, ainda que nas dependências da CONTRATADA.

7.9 - Os serviços serão considerados provisoriamente entregues, após o término, por completo, de todos os trabalhos, inclusive a limpeza final, tendo sido efetuada a vistoria pelo CONTRATANTE.

7.10 - Os projetos e memorial anexos ao presente Termo de Referência conterão as informações necessárias à boa execução dos serviços e confecção da proposta.

7.11 - O município poderá introduzir, durante a execução do Contrato, alterações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, nas especificações, nos termos da Lei.

7.12 - Os materiais colocados no local da execução dos serviços pela CONTRATADA ficarão sob sua guarda e inteira responsabilidade, não sendo permitida sua retirada do local, senão em casos especiais e mediante autorização escrita do município.

7.13 - A CONTRATADA cuidará para que a descarga, transporte horizontal e vertical dos materiais se faça com regularidade, desimpedindo o passeio público, salvo casos específicos com prévia autorização do município.

7.14 - As multas e tarifas provenientes de autuações por órgãos públicos quanto ao depósito de materiais e equipamentos no passeio e via pública serão de ônus da CONTRATADA.

7.15 - A CONTRATADA será obrigada a demolir ou a refazer, conforme o caso, qualquer porção de serviços contratados que, a juízo comprovado da CONTRATANTE, não estiver de acordo com o contrato, sem que

isso interfira no prazo de execução dos serviços estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

7.16 - A remoção de entulhos, e custos ficarão a cargo da CONTRATADA.

7.17 - Deverá ser observada rigorosa obediência a todas as particularidades fornecidos pelo município, suas especificações e detalhes, a fim de que haja perfeita concordância na execução dos serviços.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

8.1.1 - A CONTRATADA obterá pagamentos somente referentes aos serviços efetivamente executados, conforme medições efetuadas pela fiscalização da CONTRATANTE e obedecerá ao procedimento a ser definido no edital, quanto ao prazo e forma.

8.2 - A medição dos serviços será por eventos executados, após apuração dos eventos executados. Somente será medido o serviço do evento executado, observadas as respectivas especificações e preços de planilha.

8.3 - O item relativo à Administração Local será medido em valor proporcional a cada medição de serviços efetivamente executados, cumulativamente até o total da verba constante da Planilha de Quantitativos e Preços Unitários.

8.3.1 - Não será devido pagamento da despesa relativa à Administração e canteiro de obras, sendo este feito ao final da obra.

8.3.4 - Em caso de adiamento que implique em aumento de valor contratual ou prorrogação de prazo, não haverá alteração no valor definido na Planilha de Quantitativos e Preços Unitários para o item Administração Local.

8.3.5 - Quando ocorrer execução total do objeto contratual em prazo ou valor inferior aos definidos inicialmente ou restar resíduo, será devido o pagamento total da verba remanescente na medição final.

8.4 - Todos os demais serviços serão medidos de acordo com os critérios de medição e pagamentos estabelecidos no Edital.

8.5 - Do Reajuste

8.5.1 - A periodicidade de reajuste do valor do presente contrato será anual, contado a partir da data limite para apresentação do orçamento, conforme disposto no art. 3º, §1º da Lei 10.192/2001 e parágrafo 7º do art. 25, mediante aplicação de índices.

8.5.2 - O índice utilizado para reajuste tem por base o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC. E ou a tabela referencial do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) do mês de dezembro de 2026 em diante.

As medições serão reajustadas na forma da lei com aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{Ii - Io}{Io} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado. Io =

Índice de preço verificado no mês da proposta.

Ii = Índice de preços referente ao mês de reajustamento.

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustado. Ii e Io = Fornecidos pelo INCC - FGV.

8.5.3 Caso os valores dos índices não estejam divulgados na data do cálculo do reajuste, serão utilizados os últimos índices disponíveis e o cálculo do reajuste será corrigido na medição seguinte.

8.5.4 Caso ocorra eventuais atrasos na execução de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador.

8.5.5 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento.

8.6 Para a medição Final, conforme cronograma físico-financeiro, constará no mínimo 10% a ser pago, o qual será pago somente com a execução total da obra, apresentação dos documentos referentes à medição, comprovação por via de laudos e ensaios da execução em conformidade com o projeto e apresentação da Certidão Negativa de Débitos Federal, Estadual e Municipal.

GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

1. Em conformidade com o disposto nos artigos 96 a 98 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e visando assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas para a execução da obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato no Município de Guaporema/PR, a empresa adjudicatária prestará garantia de execução contratual como condição indispensável para a formalização e eficácia do contrato administrativo.

2. No que tange ao **Percentual e Forma de Prestação da Garantia**:

- O valor da garantia de execução corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, calculado sobre o montante global estimado.

- Caberá à contratada optar, no momento da assinatura do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia

permitidas em lei:

1. **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública** (emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados por seus valores econômicos);

2. **Seguro-garantia**, emitido por seguradora idônea e devidamente autorizada a operar no país, em conformidade com a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); ou

3. **Fiança bancária**, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

3. No que tange aos **Prazos de Apresentação e Validade da Garantia**:

- O comprovante de prestação da garantia deverá ser apresentado pela empresa vencedora à Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura de Guaporema no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da data da assinatura do contrato, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

- No caso de opção pela modalidade **seguro-garantia**, a apólice deverá manter vigência durante todo o prazo de execução da obra, estendendo-se até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devendo prever expressamente a cobertura para o inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, além de multas contratuais e prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

- Caso ocorra alteração no valor global do contrato por meio de aditivos de valor ou prorrogação de prazo devidamente justificada, a garantia prestada deverá ser imediatamente reforçada ou prorrogada pela contratada, de modo a manter a proporção exata de 5% sobre o valor atualizado do ajuste, sob pena de incidência de sanções administrativas e retenção de pagamentos.

4. No que tange à **Liberação e Restituição da Garantia**:

- A garantia prestada será liberada ou restituída após a conclusão integral da obra, a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais, trabalhistas e previdenciárias, a realização da limpeza final do canteiro e a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** pelo Gestor e Fiscal do Contrato da Prefeitura Municipal de Guaporema.

- Na hipótese de caução em dinheiro, os valores retidos serão atualizados monetariamente até a data da efetiva restituição, deduzidas eventuais importâncias devidas a título de multas, ressarcimentos de danos ou prejuízos causados ao erário municipal durante a execução dos serviços.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações da Contratante:

1. **Emitir a Ordem de Serviço:** Expedir formalmente a Ordem de Serviço autorizando o início da execução da obra de ampliação de duas salas de aula na Escola Municipal Monteiro Lobato, após a apresentação da garantia contratual e da ART/RRT de execução.
2. **Disponibilizar o Local da Obra:** Garantir à contratada o livre e desimpedido acesso ao local da intervenção (Rua XV de Novembro, Lotes 16 e 17, Quadra 51, Bairro Centro, Guaporema/PR) para a implantação do canteiro e execução dos serviços.
3. **Fiscalizar a Execução:** Exercer o acompanhamento, a fiscalização técnica, administrativa e financeira da obra por meio de agentes designados (Gestor e Fiscal do Contrato), verificando o cumprimento das especificações de projeto, do Memorial Descritivo e das normas técnicas.
4. **Efetuar os Pagamentos:** Realizar os pagamentos devidos à contratada em conformidade com os boletins de medição aprovados, observando o prazo legal de até 30 dias contados da liquidação da despesa, condicionado à regularidade fiscal e trabalhista e às exigências da mandatária federal.
5. **Prestar Esclarecimentos Técnicos:** Fornecer tempestivamente as respostas, definições e esclarecimentos formais solicitados pela contratada acerca de dúvidas ou eventuais divergências encontradas entre os projetos executivos e as condições *in loco*.
6. **Analisar Solicitações e Aditivos:** Analisar e emitir parecer fundamentado sobre eventuais solicitações de prorrogação de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro ou ajustes metodológicos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
7. **Realizar Vistorias e Recebimento:** Promover as vistorias de recebimento provisório e definitivo da obra, emitindo os respetivos termos de encerramento após a constatação do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais e da limpeza final do canteiro.
8. **Notificar sobre Irregularidades:** Notificar formalmente a contratada, fixando prazo razoável para a correção de falhas, vícios construtivos, desvios de cronograma ou emprego de materiais em desacordo com as especificações técnicas.
9. **Aplicar Sanções Administrativas:** Processar e aplicar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as penalidades cabíveis por descumprimento de cláusulas contratuais, atrasos injustificados ou inexecução parcial/total da obra.

- Da CONTRATADA:

Constituem obrigações da contratada, a serem cumpridas diretamente e sem prejuízo da subcontratação parcial permitida (limitada a 25% e vedada nos itens principais):

1. **Executar Integralmente o Objeto:** Executar com esmero, perfeição técnica e rigorosa observância aos projetos, Memorial Descritivo e planilha orçamentária a obra de ampliação de duas salas de aula e hall de circulação.
2. **Cumprir o Cronograma Físico-Financeiro:** Cumprir estritamente o prazo global e as etapas fixadas no Cronograma Físico-Financeiro estruturado em 02 (dois) períodos mensais.
3. **Manter Responsável Técnico Habilitado:** Manter permanentemente engenheiro civil responsável pela execução da obra, devidamente registrado no CREA/CAU, com emissão e quitação da respetiva ART/RRT de execução.
4. **Fornecer Insumos e Materiais de Qualidade:** Fornecer à sua custa exclusiva todos os materiais, ferramentas, equipamentos, maquinários e mão de obra qualificada necessários, garantindo que os insumos sejam de primeira linha e certificados pelo INMETRO/ABNT.
5. **Cumprir as Normas Regulamentadoras (NRs):** Observar rigorosamente todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-06 (EPIs), NR-10 (eletricidade), NR-18 (indústria da construção) e NR-35 (trabalho em altura).
6. **Isolar e Sinalizar o Canteiro de Obras:** Manter a área de intervenção no terreno da Escola Municipal Monteiro Lobato rigorosamente isolada, sinalizada e segura, impedindo o acesso de alunos e transeuntes ao estaleiro.
7. **Garantir a Segurança da Comunidade Escolar:** Adotar medidas preventivas para evitar acidentes, emissão excessiva de poeira e ruídos que possam comprometer a segurança e a rotina da comunidade escolar durante o funcionamento da escola.
8. **Instalar Placa de Obra e Container:** Fornecer e instalar a placa de obra em chapa galvanizada com estrutura de madeira e o container de escritório logo no início da execução.
9. **Executar a Locação e Limpeza do Terreno:** Realizar a regularização da superfície com motoniveladora e a locação convencional da obra com gabarito de tábuas corridas.
10. **Executar Fundações Conforme Projeto:** Executar as estacas escavadas mecanicamente, escavação de valas e concretagem de vigas baldrame com betão fck = 30 MPa.
11. **Executar Superestrutura em Concreto Armado:** Montar formas, armações e concretar pilares e vigas superiores com rigoroso controle de prumo e nível.
12. **Elevar Alvenarias de Vedação:** Assentar blocos cerâmicos furados na vertical alinhados e aprumados, executando as vergas e contravergas.
13. **Aplicar Impermeabilização Adequada:** Executar a impermeabilização das superfícies em contato com o solo utilizando emulsão asfáltica em duas demãos.
14. **Montar Cobertura Metálica:** Executar a trama de aço com terças e instalar as telhas trapezoidais em aço zincado sem pintura.
15. **Instalar Forro de PVC:** Instalar o forro em réguas de PVC liso com estrutura bidirecional de fixação.
16. **Executar Pavimentação e Pisos:** Executar o contrapiso em argamassa, o piso cimentado liso e o assentamento do revestimento cerâmico esmaltado.
17. **Aplicar Revestimentos Argamassados:** Executar o chapisco (traço 1:3) e a massa única (traço 1:2:8, espessura 10mm em paredes e tetos.
18. **Executar Pintura Acrílica:** Aplicar pintura látex acrílica standard em duas demãos sobre paredes e tetos devidamente

preparados.

19. **Executar Instalações Elétricas em LED:** Instalar eletrodutos corrugados em PVC, cabos de cobre de 2,5mm2, tomadas baixas duplas, interruptores paralelos, plafons e lâmpadas tubulares LED, interligando corretamente à rede preexistente da escola ("vem do existente").
20. **Instalar Esquadrias de Alumínio e Madeira:** Fornecer e instalar as janelas de alumínio de correr de 4 folhas com vidro e os 02 kits de portas de madeira semi-oca.
21. **Realizar Limpeza Final da Obra:** Executar a limpeza minuciosa do piso cerâmico e dos vidros, removendo entulhos e sobras de materiais antes da entrega técnica.
22. **Manter Regularidade Fiscal e Trabalhista:** Comprovar a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, apresentando certidões negativas regulares a cada medição de pagamento.
23. **Assumir Encargos Sociais e Trabalhistas:** Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários decorrentes da contratação, eximindo expressamente a Prefeitura de Guaporema de qualquer solidariedade.
24. **Responsabilizar-se por Danos a Terceiros:** Assumir total responsabilidade civil e criminal por quaisquer danos, acidentes, prejuízos ou sinistros causados ao patrimônio municipal, à escola, aos alunos, aos servidores ou a terceiros por culpa ou dolo de seus empregados.
25. **Atender às Condicionantes de Subcontratação:** Observar rigorosamente o limite máximo de 25% para subcontratação parcial, obtendo prévia autorização da fiscalização e respeitando a vedação absoluta de subcontratar os itens principais e parcelas de maior relevância da obra.
26. **Reparar Vícios e Defeitos Construtivos:** Substituir ou refazer, imediatamente e às suas expensas, qualquer serviço executado incorretamente ou com materiais defeituosos apontados pela fiscalização municipal.
27. **Prestar Garantia de Execução Contratual:** Manter vigente a garantia de execução contratual correspondente a 5% do valor do contrato durante todo o período de vigência e até o recebimento definitivo.
28. **Cumprir a Garantia Quinquenal (Art. 618 do Código Civil):** Responder civilmente pela solidez e segurança da obra pelo prazo legal de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo, reparando patologias construtivas que venham a surgir.
29. **Permitir Livre Acesso aos Fiscais:** Conceder acesso irrestrito aos engenheiros fiscais e gestores da Prefeitura a todas as frentes de serviço, laboratórios de ensaio, depósitos de materiais e documentos da obra.
30. **Acatar Instruções da Fiscalização:** Cumprir prontamente as determinações, ordens de serviço e notificações expedidas pela fiscalização técnica, registrando todas as ocorrências no Diário de Obras.
31. **Manter Diário de Obras Atualizado:** Manter no canteiro o Livro de Diário de Obras devidamente preenchido, registrando diariamente as condições meteorológicas, o efetivo de pessoal, os serviços executados e as ocorrências relevantes.
32. **Realizar Ensaios e Controle Tecnológico:** Providenciar, quando solicitado pela fiscalização, ensaios laboratoriais de resistência do concreto (corpo de prova) e testes de estanqueidade e funcionamento elétrico.
33. **Gerenciar e Dar Destinação Correta aos RCCs:** Cumprir a Resolução CONAMA nº 307/2002, destinando os resíduos da construção civil para áreas de transbordo e triagem devidamente licenciadas.
34. **Proteger os Materiais Contra Intempéries:** Armazenar cimento, tintas, emulsão asfáltica e esquadrias em locais cobertos, secos e protegidos contra umidade e deterioração.
35. **Comunicar Imediatamente Intercorrências Graves:** Informar por escrito à Prefeitura qualquer ocorrência de caráter

extraordinário, paralisação acidental ou acidente de trabalho grave no canteiro de obras, no prazo máximo de 24 horas.

36. **Não Alterar Projetos Sem Autorização Prévia:** Abster-se de executar qualquer alteração de projeto, inversão de leiaute ou substituição de materiais sem a prévia e expressa autorização do responsável técnico da Administração, conforme item 32 do Memorial Descritivo.
37. **Fornecer EPIs e EPCs Obrigatórios:** Fornecer gratuitamente a todos os operários os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) exigidos pelas NRs.
38. **Manter Placa de Identificação Limpa e Visível:** Conservar a placa de obra em bom estado de conservação e legibilidade durante todo o período de execução dos serviços.
39. **Efetuar a Desmobilização Completa do Canteiro:** Retirar todos os entulhos, sobras de materiais, ferramentas, o container de escritório e os equipamentos do terreno escolar imediatamente após a conclusão da obra.
40. **Apresentar Documentação para Encerramento:** Entregar ao término da obra a documentação completa exigida para o encerramento do contrato, incluindo relatórios fotográficos, comprovantes de destinação de resíduos, termos de garantia dos materiais e a ART/RRT de conclusão.

GESTÃO / FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. Em conformidade com o disposto no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a execução do contrato referente à obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato no Município de Guaporema/PR será objeto de acompanhamento, fiscalização e gestão rigorosa por parte da Administração Pública Municipal, garantindo o fiel cumprimento de todas as obrigações pactuadas, o atendimento aos padrões técnicos de qualidade e a correta aplicação dos recursos financeiros.

2. No que tange à **Designação e Atribuições do Gestor e do Fiscal do Contrato**:

- A autoridade competente da Prefeitura Municipal de Guaporema designará formalmente, mediante portaria ou ato próprio, o **Gestor do Contrato** e o **Fiscal do Contrato** (Técnico/Administrativo), os quais serão responsáveis pelo acompanhamento sistemático da execução contratual desde a emissão da Ordem de Serviço até o recebimento definitivo da obra.

- **Do Gestor do Contrato:** Incumbirá a coordenação dos atos de controle da execução contratual, a verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada, a análise de eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação de prazo, o encaminhamento de boletins de medição para pagamento e a interlocução com os órgãos de controle e com a mandatária federal.

- **Do Fiscal do Contrato:** Incumbirá o acompanhamento *in loco* da execução diária dos serviços, a verificação da conformidade dos materiais aplicados com o Memorial Descritivo e os projetos (fundação, estrutura, alvenaria, cobertura, pisos, esquadrias e instalações elétricas), a conferência dos quantitativos medidos, o registrou de ocorrências no Livro de Diário

de Obras e a notificação imediata à contratada acerca de quaisquer desvios, falhas executivas ou inobservância das Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho no canteiro instalado na escola.

3. No que tange aos **Instrumentos de Controle e Acompanhamento**:

- **Livro de Diário de Obras:** Será mantido obrigatoriamente no canteiro de obras um Livro de Diário de Obras com páginas numeradas, onde a fiscalização municipal e o responsável técnico da contratada registrarão diariamente o andamento dos serviços, as condições meteorológicas, o efetivo de trabalhadores, a entrega de materiais, as instruções técnicas e eventuais intercorrências.

- **Boletins de Medição e Cronograma Físico-Financeiro:** A verificação do avanço físico e financeiro da obra dar-se-á por meio de boletins de medição periódicos, os quais deverão refletir estritamente os percentuais executados em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro estruturado em 02 (dois) períodos (43,58% no primeiro período e 56,42% no segundo e último período).

4. No que tange aos **Recebimentos Provisório e Definitivo da Obra**:

- **Recebimento Provisório:** Concluída a execução integral da obra e efetivada a limpeza final dos pisos cerâmicos, com a completa desmobilização do canteiro, a contratada comunicará o fato por escrito à Prefeitura. O Fiscal do Contrato emitirá, no prazo legal, o **Termo de Recebimento Provisório**, após vistoria minuciosa que ateste a habitabilidade e o funcionamento das 02 (duas) novas salas de aula e do hall de circulação.

- **Recebimento Definitivo:** Decorrido o prazo de observação e vistoria — destinado à verificação de eventuais vícios ocultos, falhas de acabamento ou correções pendentes apontadas pela fiscalização —, o Gestor e o Fiscal do Contrato emitirão o **Termo de Recebimento Definitivo**, ato que formalizará a aceitação da obra e marcará o início da contagem do prazo da garantia legal quinquenal de solidez e segurança da edificação (art. 618 do Código Civil e art. 140, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

DO RECEBIMENTO DAS OBRAS/SERVIÇOS

I

- As obras e serviços serão recebidos:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

- O prazo para emissão do termo detalhado de recebimento provisório será 60(sessenta) dias após sua

conclusão e a emissão do termo detalhado de recebimento definitivo será 90(noventa) dias após o término.

- O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

O responsável pelo recebimento da obra/serviços e fiscalização da mesma, será o Sr. Nei José Ribeiro, Arquiteto e Urbanista – CAU/BR 71.174-8.

- Nos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo serão registradas eventuais pendências constatadas na vistoria realizada em conjunto pelas partes contratantes.

- Caso as eventuais pendências impeçam a utilização imediata e plena dos serviços executados, o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo só será firmado após a solução completa e definitiva dos problemas, dentro do prazo estabelecido pela fiscalização do CONTRATANTE;

- A Secretaria Municipal de Obra não aceitará ou receberá qualquer serviço com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à CONTRATADA efetuar correções ou reparos necessários em prazo a ser determinado, sem direito a indenização, sob pena de aplicação de sanções previstas e/ou rescisão contratual.

- O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a contratada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados, conforme estabelece o § 6º do Art. 140 da Lei nº 14.133/21.

- VIGÊNCIA CONTRATUAL

1. Em conformidade com o disposto no artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a vigência do contrato decorrente do procedimento licitatório para a execução da obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato no Município de Guaporema/PR abrangerá o período necessário para a execução física dos serviços, as medições, o recebimento definitivo, o acerto de contas e o encerramento administrativo.

2. No que tange ao **Prazo de Execução e Vigência Contratual**:

- O prazo para a conclusão integral da obra e entrega das novas instalações à Administração Municipal é o estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro aprovado, estruturado em **02 (dois) períodos mensais consecutivos**, contados a partir da

data de assinatura da respetiva Ordem de Serviço.

- A vigência total do contrato será fixada em **270 (duzentos e setenta) dias**, contados da data de sua assinatura, abarcando o período de execução dos serviços, o prazo para emissão do Termo de Recebimento Provisório, a verificação de eventuais pendências de acabamento ou correção, a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e a liquidação financeira integral da despesa, em conformidade com as exigências de prestação de contas dos recursos.

3. No que tange à **Prorrogação da Vigência e do Prazo de Execução**:

- A prorrogação do prazo de execução e, por conseguinte, da vigência contratual, somente será admitida em caráter excepcional, devidamente justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Guaporema, nas hipóteses expressamente previstas no artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, tais como:
    1. Alteração do projeto ou das especificações, por iniciativa da Administração;
    2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranha à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução da obra;
    3. Interrupção da execução da obra ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
    4. Aumento das quantidades inicialmente previstas em contrato, dentro dos limites legais; ou
    5. Impedimento de execução decorrente de fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento próprio.
- Eventuais pedidos de prorrogação de prazo deverão ser formulados pela contratada tempestivamente, por escrito, antes do término do prazo inicialmente pactuado, acompanhados de memória de cálculo justificativa e de planilha de impacto no Cronograma Físico-Financeiro, sob pena de preclusão do direito.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

1. Em conformidade com o disposto nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o cometimento de infrações administrativas durante o procedimento licitatório ou na execução do contrato referente à obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato no Município de Guaporema/PR sujeitará a empresa licitante ou contratada às sanções administrativas previstas neste instrumento, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévia.

2. No que tange às **Infrações Administrativas (Art. 155 da Lei nº 14.133/2021)**:

Constituem infrações administrativas passíveis de sanção a prática de quaisquer atos por parte do licitante ou da contratada que:

- **I** - der causa à inexecução parcial do contrato;
- **II** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento da unidade escolar ou ao funcionamento dos serviços públicos;
- **III** - der causa à inexecução total do contrato;

- **IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame licitatório;
- **V** - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **VI** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- **IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- **X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **XI** - praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; ou
- **XII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

3. No que tange às **Sanções Administrativas Aplicáveis (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021)**:

A Administração Pública Municipal poderá aplicar, graduando-se a pena conforme a gravidade da infração, a reincidência e os prejuízos causados, as seguintes sanções:

- **I - Advertência:** Aplicada exclusivamente nas hipóteses de infrações leves (tais como descumprimento de pequenas formalidades ou orientações da fiscalização sem prejuízo direto ao cronograma ou à qualidade da obra), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- **II - Multa:** Aplicada por atrasos injustificados, inexecuções parciais ou totais e demais infrações contratuais, observando-se os seguintes parâmetros percentuais:
    - *a)* Multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o saldo contratual remanescente, até o limite máximo de **10% (dez por cento)** do valor global do contrato;
    - *b)* Multa compensatória de **10% a 30% (dez a trinta por cento)** sobre o valor global do contrato na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, rescisão decorrente de culpa da contratada ou prática de atos fraudulentos e ilícitos.
- **III - Impedimento de licitar e contratar:** Aplicada por prazo não superior a **3 (três) anos** ao responsável que cometer as infrações previstas nos incisos II a VII do item 2 deste capítulo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o infrator de participar de licitações e celebrar contratos no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta de Guaporema.
- **IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:** Aplicada por prazo não inferior a **3 (três)**

anos e não superior a **6 (seis) anos** ao responsável que cometer as infrações previstas nos incisos VIII a XII do item 2 deste capítulo, bem como pelas infrações dos incisos II a VII que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, implicando proibição de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

4. No que tange ao **Processo de Aplicação das Sanções e Recursos**:

- A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo próprio, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, observando-se o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa prévia, contados da intimação do ato.
- Na hipótese de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade, caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão final.
- As multas aplicadas poderão ser descontadas diretamente dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal à contratada, cobradas judicialmente ou descontadas da garantia de execução contratual prestada.

DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

1. Em conformidade com o disposto nos artigos 124 a 133 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o contrato administrativo decorrente do procedimento licitatório para a execução da obra de **"Ampliação de Duas Salas de Aula"** na Escola Municipal Monteiro Lobato no Município de Guaporema/PR poderá ser alterado unilateralmente pela Administração Pública Municipal ou por acordo entre as partes, mediante a celebração do respectivo termo aditivo, sempre que houver modificação de projeto, especificações ou quantitativos, respeitados os limites e as condições estabelecidas na legislação de regência e nas normas de controle dos recursos transferidos.

2. No que tange aos **Limites Legais de Acréscimos e Supressões (Art. 125 da Lei nº 14.133/2021)**:

- A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais originais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na obra, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.
- No caso específico de acréscimos que envolvam reformas de edifícios ou adaptações de bens imóveis (enquadramento aplicável às intervenções em infraestrutura escolar existentes, como a interligação elétrica "vem do existente"), o limite máximo para acréscimos unilaterais por parte da Administração poderá atingir até **50% (cinquenta por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 2º do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante prévia e fundamentada justificativa técnica e económica.
- Eventuais supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial do contrato, desde que haja expressa concordância da contratada, respeitadas as diretrizes de equilíbrio econômico-

financeiro e a manutenção da funcionalidade essencial da obra.

3. No que tange aos **Procedimentos e Justificativas Técnicas**:

- Toda e qualquer alteração de projeto, inversão de leiaute, modificação de métodos construtivos ou substituição de materiais estruturais deverá ser precedida de estudos técnicos preliminares elaborados pelo setor de engenharia da Prefeitura de Guaporema ou pelo responsável técnico da obra, sendo estritamente vedada a execução de modificações sem a prévia e formal autorização da Administração, conforme reforça o item 32 do Memorial Descritivo.

LOCAL DA OBRA

Endereço: Rua XV de Novembro, Lotes 16 e 17, Quadra 51, Bairro Centro, Município de Guaporema, Estado do Paraná (tendo a Rua Ceará como via pública de referência para a implantação e acesso logístico).

O local da obra é de fácil acesso por vias públicas urbanas pavimentadas do município, permitindo o tráfego regular de veículos de carga, caminhões betoneira e equipamentos mecânicos necessários para a execução das estacas escavadas, superestrutura em betão armado e transporte de materiais.

Tratando-se de uma intervenção executada no interior de um estabelecimento de ensino em funcionamento, a contratada deverá atentar-se rigorosamente às condições restritas do canteiro, obrigando-se a manter a área da obra isolada e sinalizada de forma a garantir a total segurança dos alunos, professores e servidores, bem como a mitigar os impactos sonoros e operacionais na rotina escolar durante todo o prazo de execução estipulado.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Os Projetos, memoriais, planilhas e cronogramas são partes integrantes deste Termo de Referência e apresenta todos os serviços e quantitativos a serem executados pela CONTRATADA.